



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA AGRÍCOLA
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA RURAL

EVÂNIO MASCARENHAS PAULO

**DETERMINAÇÕES DO GRAU DE QUALIDADE DO EMPREGO: UM ENSAIO EM
MODELO DE PAINEL DINÂMICO**

FORTALEZA

2015

EVÂNIO MASCARENHAS PAULO

DETERMINAÇÕES DO GRAU DE QUALIDADE DO EMPREGO: UM ENSAIO EM
MODELO DE PAINEL DINÂMICO

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia Rural, do Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Economia Rural. Área de Concentração: Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural Sustentável.

Orientador: Prof. Dr. Francisco José Silva Tabosa

FORTALEZA

2015

Dados Internacionais de Catalogação na
Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca de Pós-Graduação em Economia Agrícola

P354d Paulo, Evanio Mascarenhas

Determinações do grau de qualidade do emprego: Um ensaio em modelo de painel Dinâmico. / Evanio Mascarenhas Paulo. - 2015.
79 f.: il. color., enc.; 30 cm

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências Agrárias, Departamento de Economia Agrícola, Programa de Pós-Graduação em Economia Rural. Fortaleza, 2015.

Área de Concentração: Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural Sustentável
Orientação: Prof. Dr. Francisco José Silva Tabosa.

1. Mercado de Trabalho. 2. Qualidade das Ocupações. 3. Dados em Painel. I. Título.

CDD: 331.11

EVÂNIO MASCARENHAS PAULO

DETERMINAÇÕES DO GRAU DE QUALIDADE DO EMPREGO: UM ENSAIO EM
MODELO DE PAINEL DINÂMICO

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia Rural, do Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Economia Rural. Área de Concentração: Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural Sustentável.

Aprovada em: ___/___/___

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Francisco José Silva Tabosa
Universidade Federal do Ceará

Prof. Ph.D. Ahmad Saeed Khan
Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Leonardo Andrade Rocha
Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Dedico esta obra e todo o meu amor a duas pessoas cuja companhia é capaz de fazer me sentir a pessoa mais feliz do mundo. Vós estareis sempre em meu coração como símbolo do amor que sinto por vós. Isabele Mascarenhas e Gabriel Mascarenhas, eu vos amo!

AGRADECIMENTOS

Agradeço...

A Deus, as oportunidades que me foram dadas. Espero que eu tenha superado os obstáculos colocados e que tenha tirado o maior proveito possível em termos de aprendizado e experiência dos momentos felizes e tristes que vivi nesses últimos tempos. É sempre muito reconfortante saber que ainda que, apesar dos momentos sombrios, poderei contar sempre com Vossa atenção e carinho.

Aos meus ilustres colegas do curso de Mestrado em Economia Rural, as alegrias e dificuldades compartilhadas. Em especial aqueles que, além das experiências do mestrado, me foi dada a oportunidade de manter vivências diárias com os quais certamente vou levar para toda vida.

Ao meu professor orientador nesta pesquisa, Dr. Francisco José Silva Tabosa, que sempre contribuiu de maneira pertinente e eficaz. Esses ensinamentos adquiridos foram de grande valia em meus estudos e na minha carreira como mestrando e certamente serão por toda minha vida acadêmica. Professor, registro o meu mais sincero “obrigado”.

À professora e à sempre amiga Christiane Luci que possui um dom natural de espírito e uma inteligência admirável, por quem conservo um profundo sentimento de amizade e de respeito. – Como tu sabes, mas não custa reforçar, te sou eternamente grato. Os resultados que alcanço hoje em termos profissionais e pessoais lhe são sempre creditados. Guardo-te em meu coração com imenso carinho, admiração respeito e amor.

À minha amável família, que ao logo desses difíceis anos esteve sempre ao meu lado e pelos ensinamentos que vou guardar por toda minha vida, além das contribuições fundamentais para que hoje eu estivesse pronto para deixar a academia e seguir minha carreira naquilo que acredito ser um meio de transformação pessoal e social.

“O esforço insulado de cada trabalhador desse país move uma gigantesca engrenagem invisível que chamamos de sociedade”

(Evânio Mascarenhas Paulo)

RESUMO

Esse ensaio trata de questões relativas ao nível de qualidade do emprego no Brasil nos anos recentes, em especial o emprego rural. O início dessa pesquisa se constitui na percepção relativa a mudanças nas relações de produção no campo e seus respectivos desdobramentos sobre as relações de trabalho. Os estudos teóricos apontam para um processo de aproximação das esferas urbanas e rurais, seja do ponto de vista da produção como das relações de trabalho, caracterizando, assim, uma urbanização para além dos limites das cidades. Assim, aplica-se, nesse estudo, uma metodologia específica a fim de captar possíveis condicionantes da qualidade do emprego. Ademais, propõe-se um índice que se acredita ser capaz de dar uma ideia do nível de qualidade dos mercados de trabalho analisados aqui. Em seguida, aplica-se um conjunto de quatro equações para dados em painel de modo a verificar possíveis condicionantes do índice de qualidade do emprego proposto. O IQE proposto nesta pesquisa mostrou uma profunda heterogeneidade nas relações de trabalho seja nas atividades econômicas seja nos espaços estudados. De modo geral, os trabalhadores agrícolas enfrentam condições de trabalho precárias que os seus correspondentes não agrícolas. Ainda sobre assimetria no mercado de trabalho pode-se registrar as diferenças existentes entre o emprego urbano e rural. O universo rural persiste como um ambiente mais precário quando comparado ao meio urbano, muito embora as diferenças venham diminuindo com o tempo. Assim, no que diz respeito a resposta da qualidade das ocupações em relação ao crescimento econômico, observa-se que o emprego agrícola responde de maneira inversa ao crescimento da agricultura, em virtude de se ser, neste setor, onde se encontram os piores níveis de qualidade do emprego e positivamente ao crescimento das atividades não agrícolas onde as formas de contratação são menos precárias. No caso do emprego não agrícola, o crescimento econômico aparentemente não tem tido grandes impactos sobre a qualidade do emprego não agrícola. Assim, o crescimento econômico, neste caso, apenas estende aos novos trabalhadores contratados as mesmas formas de contratação já existentes sem alterar o nível médio de qualidade do emprego no mercado de trabalho como um todo. A pesquisa mostrou também que o crescimento dos rendimentos do trabalho e o nível de escolaridade médio dos trabalhadores são instrumentos importantes não só na ampliação dos níveis de qualidade do emprego, mas também estratégia de superação de “dilemas” dos mercados pesquisados, como é o caso da heterogeneidade verificada entre os grupos que pesquisamos.

Palavras-Chave: Mercado de Trabalho; Qualidade das Ocupações; Dados em Painel.

ABSTRACT

This essay deals with questions concerning the level of quality of employment in Brazil in recent years, especially rural employment. The beginning of this research, there is the perception concerning changes in production relations in the field and their impacts on labor relations. Theoretical studies point to a process of approximation of the urban and rural spheres, from the point of view of production and labor relations, which gives it an urbanization beyond the limits of cities. So, if applicable, in this study, a specific methodology to capture possible determinants of quality of employment. Moreover, we propose an index that is believed to be able to give an idea of the level of quality of labor markets discussed here. Then applies a set of four equations for panel data to identify possible determinants of the quality score of the proposed job. The IQE in this research showed a profound heterogeneity in labor relations in economic activities in the studied areas. In general, agricultural workers face poor working conditions than their non-agricultural respond to it. Still on asymmetry in the labor market can register the differences between urban and rural employment. The rural universe remains a more precarious environment when compared to urban areas, although the differences come decreasing with time. Thus, as regards the response of the quality of occupations in relation to economic growth, it is observed that agricultural employment responds inversely to growth in agriculture, due to be in this industry, where the worst quality levels employment and positively to the growth of non-agricultural activities where hiring forms are less precarious. In the case of non-agricultural employment, economic growth apparently has not had major impacts on the quality of non-agricultural employment. Thus, economic growth, in this case, only extends to new workers hired the same forms of existing contracts without changing the average level of quality of employment in the labor market as a whole. The survey also showed that the growth of labor income and the average educational level of workers is an important tool not only in the expansion of the levels of job quality, but also coping strategy of "dilemmas" of the surveyed markets, such as the observed heterogeneity among the groups surveyed.

Keywords: Labour market; Quality of Occupations; Panel Data.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Brasil - População Empregada Segundo Condição de Moradia e Atividade.....	37
Tabela 2: Brasil- Distribuição dos Empregados Rurais Não Agrícolas e Atividade	39
Tabela 3: Brasil - Síntese dos Indicadores do Mercado de Trabalho	40
Tabela 4: Brasil - População Economicamente Ativa e Ocupação na Atividade Principal	41
Tabela 5: Brasil - Empregados Agrícolas e Situação de Ocupação e Condição Domiciliar....	42
Tabela 6: Brasil -Distribuição dos Ocupados Rurais e Instrução por Setor de Atividade	43
Tabela 7: Brasil - Rendimento Médio Mensal e Condição de Moradia e Atividade.....	44
Tabela 8: Brasil - Taxas de qualidade do Emprego segundo categorias de Ocupação.....	55
Tabela 9: Brasil - Índice de Qualidade das Ocupações não Agrícolas rurais, 2011	57
Tabela 10: Nordeste - Índice de Indicadores Parciais.....	58
Tabela 11: Sudeste - Índice de Indicadores Parciais.....	60
Tabela 12: Sul - Índice de Indicadores Parciais	61
Tabela 13: Centro-oeste - Índice de Indicadores Parciais.....	62
Tabela 14: Brasil - Taxa de Crescimento do Produto Interno Bruto e do Agronegócio.....	46
Tabela 15: Estimativas dos MQO, Efeitos Fixos MMG - Trabalho Agrícola Urbano	64
Tabela 16: Estimativas dos MQO, Efeitos Fixos MMG - Trabalho Não Agrícola Urbano.....	65
Tabela 17: Estimativas dos MQO, Efeitos Fixos MMG - Trabalho Não Agrícola Rural.....	66
Tabela 18: Estimativas dos MQO, Efeitos Fixos MMG - Trabalho Agrícola Rural.....	68

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Brasil - Qualidade das ocupações agrícolas urbanas, 2011.....	50
Figura 2: Brasil - Qualidade das ocupações não agrícolas urbanas, 2011	51
Figura 3: Brasil - Qualidade das ocupações não agrícolas rurais, 2011	52
Figura 4: Brasil - Qualidade das ocupações agrícolas rurais.....	53
Figura 5: Brasil - Qualidade das ocupações segundo grandes regiões, 2011	56

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: Brasil - Crescimento do Rendimento Médio do Trabalho, 2002 a 2011.....	47
GRÁFICO 2: Brasil - Evolução do Índice de Concentração de Renda Gini.	49

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Metodologia de Construção do Índice de Qualidade do Emprego (IQE).....	18
QUADRO 2 - Grupo de Variáveis, Fontes e Sinais Esperados.....	21

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 ASPECTOS CONCEITUAIS E METODOLÓGICOS	17
2.1 Base de Dados e Construção do Índice de Qualidade do Emprego (IQE)	17
2.2 Definição da Amostra	19
2.3 Descrição das Variáveis	20
2.4 Regressão com Dados em Painel	23
2.4.1 Método dos Momentos Generalizados	24
3 NOVAS “RURALIDADES” E DINÂMICAS ECONÔMICAS E SOCIAIS	28
4 ASPECTOS DA DIMENSÃO E EVOLUÇÃO DO EMPREGO RURAL	36
5 ÍNDICE DE QUALIDADE DO EMPREGO: RESULTADOS DESCRITIVOS	45
6 ÍNDICE DE QUALIDADE DO EMPREGO: RESULTADOS EMPÍRICOS	64
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	71
REFERÊNCIAS	73

1 INTRODUÇÃO

Os anos de 1970 na economia nacional são marcados por diversas transformações na estrutura produtiva, que envolvem desde a consolidação da matriz industrial brasileira, com os fortes investimentos na indústria de bens intermediários e de capital, até o cenário de choques externos e de esgotamento do Processo de Substituição de Importações (PSI), do final da década. O modelo de desenvolvimento do período, apoiado numa estratégia de crescimento com “inflação e endividamento”, promove alterações na base produtiva que passam a contemplar também fortes modificações na base agrícola, no processo conhecido por “modernização conservadora”, e que envolve modificações na base técnica e nas relações sociais de produção. O setor primário assume então uma estrutura diversificada e heterogênea, complexa e multideterminada, constituída por diferentes complexos agroindustriais (CAIs) (SILVA, 1998).

As inovações tecnológicas, características desta fase, trazem consigo um conjunto de transformações que vai além da mecanização, através da incorporação de inovações biológicas que favorecem o desenvolvimento genético de novas variedades de culturas agrícolas. Estas transformações vão se refletir nos significativos ganhos de produtividade da cadeia agroindustrial (ORTEGA; GARLIPP; JESUS, 2004). Assim, a intensificação da mecanização impõe fortes ajustes no mercado de trabalho, a partir de significativa ampliação do desemprego agrícola. Os impactos negativos sobre o emprego são em parte atenuados pela expansão do emprego industrial, com a consolidação das etapas superiores do PSI.

Nos anos de 1980, a crise fiscal do Estado, refletida na incapacidade deste em formular políticas de desenvolvimento e, por conseguinte, políticas setoriais, terá rebatimentos no ajuste estrutural experimentado pelo setor industrial, que perde a capacidade tradicional de absorção de mão de obra liberada pelo setor agrícola. Os ajustes sofridos no mercado de trabalho são sentidos de forma mais intensa a partir da reestruturação industrial brasileira dos anos de 1990, enquanto resposta às mudanças institucionais fruto da implementação do receituário de orientação neoliberal (desregulamentação dos mercados, privatizações, liberalização comercial e financeira). As acomodações no emprego incorporam também as mudanças no perfil do emprego urbano, com as exigências de maior qualificação, limitando as possibilidades de absorção da mão de obra do campo (NASCIMENTO; SOUTO; OLIVEIRA; MENDES, 2007).

Os produtores rurais são particularmente afetados pelas políticas macroeconômicas da década, que impõem fortes restrições ao crédito agrícola, e combinadas à política de juros do

governo limitam as possibilidades de investimentos necessárias ao ganho de competitividade do setor. A abertura comercial influencia, ainda, na queda generalizada no preço das *commodities* agrícolas.

Neste cenário de alterações estruturais, o desenvolvimento da “atividade agropecuária tem ocorrido a partir de três eixos principais: incorporação do progresso técnico, mudanças na gestão da força de trabalho e articulação com outros segmentos” (MOREIRA, 2003, p.4), sendo, portanto, significativas as transformações no padrão de acumulação e organização do espaço rural. No contexto dessas modificações, o aumento da complexidade do mundo rural aparece como um fenômeno econômico consolidado, deixando o campo de ser espaço exclusivo do trabalho agropecuário. A consolidação dos Complexos Agroindustriais (CAIs) permite um estreitamento da relação campo-cidade, aumentando a complexidade da interação de atividades agrícolas, industriais e de serviços e os espaços rurais passam a acomodar uma diversidade de atividades não agrícolas.

É importante enfatizar que tanto os desdobramentos do processo de modernização agrícola (nas décadas de 1980 e 1990), como a melhor capacidade de adaptação dos grandes empreendimentos às transformações estruturais dos anos de 1990, “ampliam as diferenças entre o grande estabelecimento e a pequena propriedade” (PRONI, 2010, p. 137). Porém, na nova teia de relações ditada pela própria dinâmica capitalista, como destaca Moreira (2003), a pequena produção rural persiste, sendo “recriada” através de novas articulações com as atividades industriais.

Nos anos 2000, fatores como a reversão nas condições restritivas do crédito rural e o aumento ininterrupto do preço das *commodities* no mercado mundial, se refletem num padrão mais diversificado e em expressivas taxas de expansão do valor bruto da produção agropecuária. Vale ressaltar, ainda, a melhora em termos de qualificação da mão de obra e o aumento considerável da produtividade (PRONI, 2010, p.138-139).

Sendo assim, dadas as transformações no espaço rural brasileiro nos últimos anos e seus impactos sobre as relações de trabalho no campo com seus rebatimentos sobre as estruturas de qualidade do emprego rural, é importante se levantar e responder os seguintes questionamentos: quão diferente é o nível de qualidade do emprego agrícola em relação ao não agrícola? Quais fatores determinam a qualidade do emprego rural e urbano? Como as características de pluriatividade podem influenciar o perfil das ocupações rurais?

Pelo exposto, nesta pesquisa pretende-se analisar, em termos gerais, os elementos do padrão de qualidade do emprego dos trabalhadores rurais no Brasil, considerando as novas determinações do espaço rural e suas implicações nas relações de trabalho no campo. Em

particular: i) discorrer sobre as mudanças recentes ocorridas no mercado de trabalho rural, com ênfase nos impactos provocados pelas transformações nos espaços rurais; ii) verificar o nível de qualidade dos ocupados rurais no Brasil com base no índice de qualidade do emprego (IQE), com base no estudo da população rural nas ocupações agrícolas e não agrícolas, de modo a analisar a qualidade das ocupações não agrícolas comparativamente às atividades estritamente agrícolas e iii) determinar os condicionantes da qualidade das ocupações rurais no Brasil através do modelo de dados painel.

Dadas as necessidades oriundas da pesquisa, que requer um banco de dados rico e com continuidade ao longo do tempo, são usadas essencialmente informações de natureza secundária provenientes de bancos de dados de institutos nacionais de pesquisa, tal como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Com efeito, esta pesquisa está estruturada, além dessa introdução, em quatro seções, sendo que na primeira os métodos e estratégias de estudos são definidos. Na segunda seção, procura-se discutir os novos fenômenos vivenciados pela agricultura, em especial pelo mercado de trabalho e, em seguida, são apresentados e discutidos os resultados descritivos do índice de qualidade do emprego. Na quarta seção são analisados os resultados empíricos vis a apresentação dos modelos econométricos propostos. Por fim, são apresentados os comentários finais da pesquisa.

2 ASPECTOS CONCEITUAIS E METODOLÓGICOS

2.1 Base de Dados e Construção do Índice de Qualidade do Emprego (IQE)

Os dados utilizados no estudo são oriundos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – microdados fornecidos em meio digital – referentes aos anos de 2002 a 2012, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A amostra foi expandida utilizando como fator de expansão o peso relativo da pessoa, fornecido pela PNAD, que investiga diversas características socioeconômicas da sociedade como educação, trabalho, rendimento, dentre outras.

Para as atividades selecionadas, os dados referem-se ao trabalho¹ único ou principal que as pessoas de 10 anos ou mais de idade tinham na semana de referência da pesquisa, normalmente a última ou a penúltima do mês de setembro de cada ano.

Os dados da PNAD, no entanto, devem ser analisados com cautela, tendo em vista se tratar de pesquisa por amostra domiciliar. Além disso, seu caráter autodeclaratório pode distorcer algumas estatísticas, uma vez que as respostas ficam a critério do autoconhecimento dos entrevistados.

Conforme Balsadi (2007, p. 416), a classificação da situação do domicílio (urbano ou rural) é feita segundo a área de localização deste e tem por base a legislação vigente por ocasião da realização das pesquisas em 2004 e 2011. Legalmente, a agregação oficial dos dados em urbano e rural segue o que é definido pelos próprios municípios. Como situação urbana, consideram-se as áreas correspondentes às cidades (sedes municipais), às vilas (sedes distritais) e áreas urbanas não urbanizadas. A situação rural abrange toda a área situada fora desses limites. Este critério também é utilizado na classificação das populações em urbana e rural.

Adota-se, nessa pesquisa, o conceito de População Economicamente Ativa fornecido pelo IBGE (2008), que consiste no agregado das pessoas ocupadas e desocupadas, no período

¹ Na PNAD, considera-se trabalho em atividade econômica o exercício de: a) ocupação remunerada em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios (moradia, alimentação, roupas etc.) na produção de bens e serviços; b) ocupação sem remuneração na produção de bens e serviços, desenvolvida durante pelo menos uma hora na semana (em ajuda a membro da unidade domiciliar que tivesse trabalho como conta própria, empregador ou empregado na produção de bens primários, que compreende as atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal ou mineral, caça, pesca e piscicultura; como aprendiz ou estagiário ou em ajuda a instituição religiosa, beneficente ou de cooperativismo); c) ocupação desenvolvida, durante pelo menos uma hora na semana, na produção de bens do ramo que compreende as atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura, para a própria alimentação de pelo menos um membro da unidade domiciliar (BALSADI, 2007, p. 416).

de referência especificado, sendo que a população economicamente ativa rural é aquela formada pelas pessoas ocupadas e desocupadas, no período de referência especificado, residentes em áreas rurais.

Foram classificadas como ocupadas, no período de referência, as pessoas que tinham trabalho durante todo ou parte deste período. Incluíram-se, ainda, como ocupadas as pessoas que não exerceram o trabalho remunerado que possuíam, no período especificado, por motivo de férias, licença, greve etc.

Para Nascimento *et al.* (2007), o conceito de qualidade do emprego pode variar segundo diversos aspectos. No entanto, o que se pretende nessa pesquisa é, a partir das variáveis sobre o mercado de trabalho rural, medir os efeitos de alguns itens, que para o autor são relevantes na determinação da qualidade do emprego, tais como a inexistência de trabalho infantil, a jornada semanal regular sem a presença do sobretrabalho, a carteira assinada, a contribuição para institutos previdenciários públicos e/ou privados e o rendimento.

Deste modo, o Índice de Qualidade do Emprego (IQE) proposto aqui é uma adaptação do Índice de Qualidade do Emprego formulado inicialmente por Balsadi (2007) que se constitui na matriz inicial para a elaboração do índice proposto nessa dissertação.

Com relação à observação da qualidade de emprego dos residentes rurais, são considerados alguns indicadores de emprego, com os quais são construídos Índices de Qualidade do Emprego, conforme Kageyama e Reher (1993, *apud* BALSADI, 2007).

QUADRO 1 – Metodologia de Construção do Índice de Qualidade do Emprego (IQE)

VARIÁVEIS (Porcentagem da População)		INDICADORES PARCIAIS	ÍNDICE DE QUALIDADE DO EMPREGO
A	Com idade acima de 15 anos;	FOR = (0.1A + 0.2B + 0.4C + 0.3D) Formalidade (FOR)	IQE IQE= 0.4(FOR) + 0.6(REN)
B	Com jornada semanal de até 44 horas;		
C	Com carteira assinada;		
D	Contribuintes da Previdência social;		
E	Rendimento médio mensal no trabalho principal (padronizado);	REN = 0.6E + 0.4F Rendimento (REN)	
F	Com remuneração mínima acima de 1 S.M.;		

Fonte: Elaboração Própria baseado em Balsadi (2007).

Segundo Nascimento *et al* (2007), obtém-se o índice de Qualidade do Emprego (IQE) a partir da média ponderada de indicadores parciais. Ainda segundo os autores, o peso de cada indicador parcial (descrito a seguir) para a composição do IQE refletiu as contribuições

relativas e foram construídos pelo sistema convencional de pesos, isto é, pelo próprio proponente do índice, a partir de um sistema de prioridades. Por isso, a ponderação pode gerar controvérsias, porque sempre envolve certo grau de arbitrariedade dos autores, dada a importância atribuída para cada indicador parcial.

Dentre os indicadores, apenas o rendimento médio mensal precisou ser padronizado para variar de 0 a 1. Baseados nesses indicadores, são construídos três índices parciais a partir das médias aritméticas dos indicadores originais. Logo, dois segmentos são considerados mediante o cálculo do índice de emprego: formalidade e rendimento. Cada um desses indicadores parciais identifica elementos sobre a presença ou não de trabalho formal e dos níveis de rendimento dos trabalhadores.

Desse modo, considerando as devidas arbitrariedades, esses indicadores podem fornecer subsídios para a análise da qualidade do emprego rural, contribuindo dessa forma para assimilar com mais riqueza de detalhes as condições de trabalho dos ocupados rurais.

2.2 Definição da Amostra

A aplicação do índice de qualidade do emprego será composta pelo cálculo dos índices, conforme metodologia apresentada acima, para os estados brasileiros excluindo os estados do Norte, com exceção do estado de Tocantins. Isso se deve à ausência de informações sobre as áreas rurais dessa região nas PNAD's de 2002 e 2003 impossibilitando o cálculo dos índices para os grupos agrícola rural e não agrícola rural. De modo que os índices apresentados nas seções seguintes serão compostos apenas pelas regiões brasileiras, onde as informações estão disponíveis de forma completa ao longo dos anos de estudo².

O período de estudo da pesquisa compreende os anos de 2002 a 2011. Nesse período se tem a consolidação de mudanças no mundo do trabalho que torna esse período importante para a análise do mercado de trabalho brasileiro no período recente, especialmente o emprego rural. Assim, os anos 2000 são palco de fenômenos como o crescimento da massa de trabalhadores e da renda média do trabalho. Essas transformações são fruto de uma espécie de metamorfose das formas de contratação e recrutamento de mão de obra, e de uma maior

²Além dessa ausência de informações sobre a ótica do *cross-section* se tem uma outra ausência de informação na série temporal. Como o ano de 2010 é ano censitário não são realizadas as pesquisas domiciliares, impossibilitando o cálculo do índice e a obtenção de informações como nível de rendimento médio e índice que Gini que são utilizadas nessa pesquisa como variáveis explicativas e que são calculadas como base nas informações da PNAD. Esse problema foi contornado se calculando, para o índice e para as variáveis cuja obtenção depende da PNAD, a média aritmética dos anos de 2009 e 2011 e assumindo que essa média corresponde ao ano de 2010.

exigência de mão de obra mais qualificada e preparada induzindo um processo de competição, seja entre os empregadores seja entre os empregados, com seus respectivos rebatimentos em termos de qualidade das ocupações.

Nesta pesquisa pretende-se identificar os condicionantes da qualidade das ocupações para quatro grandes grupos populacionais específicos. O primeiro deles são os empregados agrícolas urbanos que consiste pessoas empregadas na condição de assalariadas (tanto formal quanto informal) em empreendimentos do agrupamento agrícola e domiciliadas em áreas rurais. O segundo grupo de trabalhadores são aqueles não agrícolas urbanos que são os assalariados de empreendimentos não agrícolas e domiciliados em regiões urbanas. O terceiro são os assalariados de atividades agrícolas que moram em áreas rurais e, por fim, o quarto grupo são os empregados rurais de empreendimento não agrícolas.

Assim, o modelo de dados em painel apresentado é composto 21 observações de corte transversal (N) e 11 de série temporal (T). Nesse caso, como “N” é maior que “T”, de acordo com a literatura para dados em painel, temos um painel curto (BALTAGI, 2009).

2.3 Descrição das Variáveis

Para a identificação da qualidade das ocupações dos grupos que essa pesquisa pretende analisar, busca-se construir um conglomerado de variáveis que consigam sintetizar os condicionantes do padrão de qualidades das relações de trabalho. Essas variáveis estão sumarizadas no quadro 02.

A primeira variável descrita (QE) se refere ao Índice de Qualidade do Emprego (IQE) cuja construção foi exposta na seção anterior. Como visto, o índice reúne informações sobre o nível de formalização dos contratos de trabalho e o padrão de rendimentos dos trabalhadores. Sendo assim, ele fornece o indicativo do quão sofisticadas são as relações de trabalho. Logo, a pesquisa busca verificar possíveis diferenças entre o recrutamento de mão de obra no campo e na agricultura comparativamente às relações contratuais nas áreas urbanas e em atividades de segmentos não agrícolas, buscando traçar seus determinantes e contribuições como condicionante da qualidade do emprego.

A próxima variável descrita (QE_{t-1}) é o Índice de Qualidade do Emprego (IQE) defasado que é uma característica do tipo de modelagem econométrica escolhido nessa pesquisa para avaliar as propriedades das relações de trabalho entre os grupos apresentados. Espera-se que essa variável se mostre estatisticamente significativa na medida em que a qualidade do emprego no período anterior se mostre determinante da qualidade do emprego

futuro. Essa esperança se deve ao movimento natural da dinâmica do mercado de trabalho que tende a sofisticar suas relações de trabalho ao longo do tempo, sendo bastantes remotas as possibilidades de regressão a um padrão inferior anterior e também a presença e especificidades das legislações trabalhistas que fixam um padrão de relação contratual que passa a ser perseguido pelo mercado e uma retração desses direitos poderia incorrer em desrespeito às leis de trabalho.

Em seguida, tem-se a variável AV01 que representa o valor adicionado das atividades agropecuárias de cada estado. Um dos possíveis comportamentos dessa variável é que o aumento do nível de bens produzidos pelo conjunto das atividades agrícolas dos estados se mostre positivo e tenda a elevar a qualidade do emprego. A lógica envolvida consiste em que o crescimento da agropecuária induza um aumento da demanda por mão de obra aumentando o nível de rendimentos dos trabalhadores e melhorando as condições de trabalho. Um outro comportamento que se pode esperar é que o nível de atividade não tenha relação com o aumento da qualidade do mercado de trabalho. Assim, o crescimento econômico apenas estende para os novos contratados as mesmas relações contratuais já existentes, sem modificações na sua estrutura. A avaliação dos finais e dos níveis de significância dos coeficientes para essa variável permitiram identificar qual dessas hipóteses são mais convenientes.

No caso da variável AV02, que expressa o valor adicionado das atividades não agrícolas, espera-se que ela exerça efeito positivo sobre a qualidade das ocupações, na medida em que a ampliação de postos de trabalho, que no caso das atividades não agrícolas, tendem a ter maior complexidade e qualidade mais elevadas que as ocupações agrícolas. Ademais, assim como no caso anterior, a variável em questão pode não ter relação com aumento da qualidade dos contratos de trabalho por não significar mudanças nas relações de contratação.

Também se busca avaliar aqui o comportamento de efeitos cruzados, ou seja, o efeito que o crescimento econômico nas atividades não agrícolas tem sobre a dinâmica do emprego agrícola e rural e o crescimento das atividades agrícolas têm sobre a qualidade do emprego não agrícola e urbano.

O grupo de variáveis “RM” expressa o nível de rendimento médio do trabalho principal para cada grupo de estudo avaliado aqui. Assim, o RM01 expressa o nível de rendimento médio dos trabalhadores agrícolas urbanos; RM02 o rendimento médio dos trabalhadores não agrícolas urbanos; RM03 o rendimento médio dos trabalhadores não agrícolas rurais e, por fim, RM04 o rendimento médio dos trabalhadores agrícolas rurais.

Espere-se que a medida que haja crescimento do nível real de salários isso se reflita em ganhos de renda real adicionais que melhore o nível de qualidade das ocupações mesmo no setor informal em virtude do aumento dos custos de oportunidade.

QUADRO 2 – Grupo de Variáveis, Fontes e Sinais Esperados

VARIÁVEIS	CÓDIGO DA VARIÁVEL	SINAL ESPERADO	FONTE
Logaritmo natural do Índice de Qualidade do Emprego (IQE)	QE	Variável Independente	Construção dos Autores
Logaritmo natural do Índice de Qualidade do Emprego defasado	QE _{t-1}	Positivo	Variável endógena
Logaritmo natural do Valor Adicionado Agrícola	VA01	Positivo	IBGE
Logaritmo natural do Valor Adicionado Não Agrícola	VA02	Positivo	IBGE
Logaritmo natural do Rendimento Médio do Trabalho Principal para trabalhadores agrícolas urbanos	RM01	Positivo	IBGE
Logaritmo natural do Rendimento Médio do Trabalho Principal para trabalhadores não agrícolas urbanos	RM02	Positivo	IBGE
Logaritmo natural do Rendimento Médio do Trabalho Principal para trabalhadores não agrícolas rurais	RM03	Positivo	IBGE
Logaritmo natural do Rendimento Médio do Trabalho Principal para trabalhadores agrícolas rurais	RM04	Positivo	IBGE
Logaritmo natural do Índice de concentração de Gini para a renda do trabalho	IG	Negativo	Construção dos Autores
Logaritmo natural do Nível médio de Escolaridade para trabalhadores urbanos	ED01	Positivo	IBGE
Logaritmo natural do Nível médio de Escolaridade para trabalhadores rurais	ED02	Positivo	IBGE

Fonte: Informação do Autor.

A variável “IG” expressa o Índice de Gini que mede o nível de concentração de renda do trabalho. Assim, esta variável avalia como se distribui a estrutura de rendimento do trabalho, ou seja, ou quão concentrado é o mercado de trabalho em cada estado. O sinal esperado negativo se justifica por meio da percepção de que à medida que aumenta o padrão

de concentração da renda isso tenda a diminuir a qualidade das ocupações. Assume-se, ainda, que no caso desse coeficiente ser insignificante a qualidade do trabalho independe da estrutura da concentração da renda no mercado de trabalho. Assim, o crescimento da renda garante, por si só, o crescimento da qualidade das ocupações, mesmo que isso não signifique modificações na estrutura de concentração.

Por fim, a variável “ED” expressa o nível de escolaridade média para aqueles que residem em áreas urbanas (ED01) e para aqueles que residem em áreas rurais (ED02). Tendo em vista que o senso comum espera que quanto maior o nível de educação maior a eficiência do trabalho, e assim à medida que o nível geral de educação aumenta se aumenta também o padrão de qualidade de trabalho.

2.4 Regressão com Dados em Painel

É cada vez maior a utilização no meio acadêmico de séries de dados que envolvam informações de cortes transversais ao longo do tempo. Essas formas peculiares de base de dados são chamadas de dados em painel ou dados empilhados. De modo geral, nas séries temporais, observamos os valores de uma ou mais variáveis ao longo do tempo. Nos dados de corte transversal, coleta-se dados relativos a uma ou mais variáveis para várias unidades ou entidades amostrais num mesmo período. Nos dados em painel, a mesma unidade de corte transversal é acompanhada ao longo de tempo. Em síntese, os dados em painel têm uma dimensão especial e outra temporal.

Encontramos em Wooldridge (2010) e Baltagi (2009), um grupo de vantagens decorrente da utilização de dados em Painel, como se segue: i) uma vez que os dados em painel se relacionam a indivíduos, empresas, estados, países etc., com o tempo tende a haver heterogeneidade nessas unidades. As técnicas com os dados em painel podem levar em consideração a heterogeneidade explicitamente, permitindo variáveis específicas ao sujeito; ii) combinando séries temporais com observações de cortes transversais, os dados em painel oferecem dados mais informativos, maior variabilidade, menos colinearidade entre as variáveis, mais graus de liberdade e mais eficiência; iii) estudo repetidas observações em cortes transversal, os dados em painel são mais adequados para examinar a dinâmica de mudanças e iv) Os dados em painel podem detectar e medir melhor os efeitos que simplesmente não podem ser observados em um corte transversal puro ou em uma série temporal pura; v) dados em painel permitem estudar modelos de acompanhamento mais complicados e vi) ao disponibilizar os dados referente a milhares de unidades, os dados em

painel podem minimizar o viés que poderia resultar se estivéssemos trabalhando com um agregado de indivíduos ou empresas, por exemplo.

2.4.1 Método dos Momentos Generalizados

Desse modo, para a avaliação do comportamento da qualidade do emprego agrícola e não agrícola, tanto urbano quanto rural e seus determinantes em um sistema de dados em painel dinâmico, em virtude de que se faz necessário a presença da variável dependente defasada como variável explicativa (BALTAGI, 2009). Assim, são empregados os estimadores do Método de Momentos Generalizado para sistema (MMG-sistema) desenvolvido nos trabalhos de Arellano-Bond (1991); Arellano-Bover (1995) e Blundel-Bond (1998).

Em suma, nesta pesquisa pretende-se estimar modelos compostos pelas quatro equações especificadas nos seguintes modelos de regressão para dados em painel:

$$\ln(QE_{AU}) = \beta_0 + \beta_1 \ln(QE_{t-1}) + \beta_2 \ln(AV01) + \beta_3 \ln(AV02) + \beta_4 \ln(RM01) + \beta_5 \ln(IG) + \beta_6 \ln(ED01) + V_t + \mu_{it} \quad (1)$$

$$\ln(QE_{NU}) = \beta_0 + \beta_1 \ln(QE_{t-1}) + \beta_2 \ln(AV01) + \beta_3 \ln(AV02) + \beta_4 \ln(RM02) + \beta_5 \ln(IG) + \beta_6 \ln(ED01) + V_t + \mu_{it} \quad (2)$$

$$\ln(QE_{NR}) = \beta_0 + \beta_1 \ln(QE_{t-1}) + \beta_2 \ln(AV01) + \beta_3 \ln(AV02) + \beta_4 \ln(RM03) + \beta_5 \ln(IG) + \beta_6 \ln(ED02) + V_t + \mu_{it} \quad (3)$$

$$\ln(QE_{AR}) = \beta_0 + \beta_1 \ln(QE_{t-1}) + \beta_2 \ln(AV01) + \beta_3 \ln(AV02) + \beta_4 \ln(RM04) + \beta_5 \ln(IG) + \beta_6 \ln(ED02) + V_t + \mu_{it} \quad (4)$$

Em que a variável dependente é o Índice de Qualidade do Emprego (QE) de cada unidade da federação e seus subscritos se referem ao emprego agrícola urbano (AU), emprego não agrícola urbano (NU), não agrícola rural (NR) e agrícola rural (AR) respectivamente; “ QE_{t-1} ” expressa o Índice de Qualidade do Emprego defasado em um ano, ressaltando que em cada caso essa variável representa a variável dependente defasada para cada grupo. A introdução dessa variável é característico deste tipo de modelagem econométrica; “AV01” representa o valor adicionado nas atividades agrícolas de cada unidade da federação; “AV02” expressa o valor adicionado nas atividades não agrícolas de cada unidade da federação; “RM01” representa o rendimento médio do trabalho principal nas atividades agrícolas urbanas na semana de referência na primeira equação; “RM02” representa o rendimento médio do

trabalho principal nas atividades não agrícolas urbanas na semana de referência na segunda equação; “RM03” representa o rendimento médio do trabalho principal nas atividades não agrícolas rurais na semana de referência na terceira equação; “RM04” representa o rendimento médio do trabalho principal nas atividades agrícolas rurais na semana de referência na quarta equação, “IG” expressa o nível de concentração do rendimentos médios para cada estado, medido pelo índice de Gini e, por fim, “EDU1” representa o nível médio de escolaridade dos trabalhadores urbanos de cada unidade subnacional nas duas primeiras equações e “EDU02” representa o nível médio de escolaridade dos trabalhadores rurais de cada unidade subnacional nas duas últimas equações; V_i os efeitos não observáveis dos indivíduos e, μ_{it} representa os distúrbios aleatórios. Os subscritos i e t se referem, respectivamente, ao i -ésimo estado no ano t .

Conforme Ahn e Schmidt (1995), esses modelos possuem as seguintes hipóteses: $E[v_i] = E[\mu_{it}] = E[v_i \mu_{it}] = 0$ para $i = 1, 2, \dots, n$; $t = 1, 2, \dots, t$. Além do mais supõe-se que o erro não é correlacionado temporalmente, ou seja $E[\mu_{i,t} \mu_{i,s}] = 0$ para $i = 1, 2, \dots, n \forall t \neq s$. Há também a hipótese padrão relativa às condições iniciais $E[\mu_{i,t-1} \mu_{it}] = 0$ para $i = 1, 2, \dots, n$ e $t = 1, 2, \dots, t$. Sendo que essas hipóteses são válidas para todas as demais equações dos modelos apresentados acima.

Os trabalhos apresentados na literatura, em especial o de Arellano-Bond (1991), destacam alguns problemas ao estimar os modelos especificados acima pelas técnicas tradicionais de estimação, a saber: *i*) devido à presença dos efeitos não observáveis dos indivíduos, V_t , juntamente com a variável dependente defasada em um período, QE_{t-1} , no lado direito da equação. Neste caso, omitir os efeitos fixos individuais no modelo dinâmico em painel torna os estimadores de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) viesados e inconsistentes. Entretanto, o estimador *within groups*, que corrige para presença de efeitos fixos, gera uma estimativa de β_1 viesada para baixo em painéis com a dimensão temporal pequena e, *ii*) devido à provável endogeneidade das variáveis explicativas. Nesse caso, a endogeneidade no lado direito das equações deve ser tratada para evitar um possível viés gerado por problema de simultaneidade.

Araújo (2009) afirma que um possível método para se tentar superar esse problema seria eliminar a presença dos efeitos fixos no modelo (equações apresentadas acima). Assim, uma primeira tentativa seria estimar os modelos através de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) com variáveis *dummies* para cada estado ou através do método *within groups* que gera

as mesmas estimativas do método anterior, mas com os desvios padrões dos coeficientes ligeiramente menores. Os estimadores do coeficiente por ambos os métodos serão menores do que o obtido por MQO. No entanto, ainda podia-se mostrar que o viés no painel dinâmico continuava a existir.

Ainda conforme o mesmo autor, outra maneira de eliminar esses problemas seria tomar a primeira diferença das equações acima e estimá-las pelo Método dos Momentos Generalizados (MMG). Este método é usualmente chamado de Método dos Momentos Generalizados em Diferenças (MMG – diferenciado). Tal método consiste na eliminação dos efeitos fixos através da primeira diferença das equações anteriores. Logo, a equação (1), por exemplo, foi transformada na equação (5) abaixo:

$$\Delta \ln(QE_{AU}) = \beta_0 + \beta_1 \Delta (\ln QE_{t-1}) + \beta_2 \Delta (\ln VA01) + \beta_3 \Delta (\ln VA02) + \beta_4 \Delta (RM01) + \beta_5 \Delta (\ln IG) + \beta_6 \Delta (\ln EDU1) + V_t + \mu_{it} \quad (5)$$

Tal que, para qualquer variável Y_{it} , $\Delta \ln Y_{it} = \ln Y_{it} - \ln Y_{it-1}$. Note que nas equações acima, $\Delta \ln QE_{t-1}$ é correlacionada com os termos de erro, $\Delta \ln \mu_{it}$. Assim sendo, os estimadores de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) para seus coeficientes serão viesados e inconsistentes. Portanto, faz-se necessário utilizar variáveis instrumentais para $\Delta \ln QE_{t-1}$ e em cada modelo.

As hipóteses adotadas nas equações apresentadas no início desta seção implicam que as condições de momentos $E [\Delta \ln QE_{t-1} \Delta \ln \mu_{it}] = 0$ para $t = 3, 4, \dots, n$ e $s \geq 2$ são válidas. Baseados nesses momentos, Arellano e Bond (1991) sugerem empregar $\ln QE_{t-1}$ para $t = 3, 4, \dots, n$ e $s \geq 2$ como instrumentos para a equação em primeira diferença.

Conforme Araújo (2009, p. 61):

As demais variáveis explicativas podem ser classificadas como: (a) estritamente exógena, se não é correlacionada com os termos de erro passados, presente e futuros; (b) fracamente exógena, se é correlacionada apenas com valores passados do termo de erro e (c) endógena, se é correlacionada com os termos de erro passados, presente e futuros.

No segundo caso, os valores da variável defasada em um ou mais período são instrumentos válidos na estimação da equação e no último caso os valores defasados em dois ou mais períodos são instrumentos válidos na estimação dessa equação.

Conforme Arellano e Bover (1995) e Blundell e Bond (1998), esses instrumentos são fracos quando as variáveis dependentes e explicativas apresentam forte persistência e/ou a

variância relativa dos efeitos fixos aumenta. Isso produz um estimador MMG-diferenciado não consistente e enviesado para painéis com T pequeno.

Assim sendo, Arellano e Bover (1995) e Blundell e Bond (1998) propõem um sistema que combina o conjunto de equações em diferença, equação (2), com o conjunto de equações em nível, equação (1) para reduzir esse problema de viés. Esse sistema é denominado método dos momentos generalizado-sistema (MMG-sistema). Daí surge o método dos Momentos Generalizado-sistema (MMG-sistema). Para as equações em diferenças, o conjunto de instrumentos é o mesmo descrito acima. Para regressão em nível, os instrumentos apropriados são as diferenças defasadas das respectivas variáveis. Por exemplo, assumindo que as diferenças das variáveis explicativas não são correlacionadas com os efeitos fixos individuais (para $t = 3, 4, \dots, n$) $E[\Delta \ln QE_{t-1} \mu_{it}] = 0$ para $i = 1, 2, \dots, n$. Então, as variáveis explicativas em diferenças e $\Delta \ln QE_{t-1}$, caso elas sejam exógenas ou fracamente exógenas, são instrumentos válidos para equação em nível. O mesmo se dá se elas são endógenas, mas com os instrumentos sendo as variáveis explicativas em diferenças defasadas de um período e $\Delta \ln QE_{t-1}$ considerado nesse ensaio (ARAÚJO, 2009).

As estimativas do MMG-sistema resultam da estimação com estimador corrigido pelo método de Windmeijer (2005) para evitar que o respectivo estimador das variâncias subestime as verdadeiras variâncias em amostra finita. O estimador utilizado foi proposto por Arellano e Bond (1991) em dois passos. Na primeira etapa, supõe-se que os termos de erro são independentes e homocedásticos nos estados e ao longo do tempo. No segundo estágio, os resíduos obtidos na primeira etapa são utilizados para construir uma estimativa consistente da matriz de variância-covariância, relaxando assim as hipóteses de independência e homocedasticidade. O estimador do segundo estágio é assintoticamente mais eficiente em relação ao estimador da primeira etapa (ARAÚJO, 2009).

Por fim, como forma de testar a robustez e consistência do modelo, Arellano e Bond (1991) sugerem dois tipos de testes. O teste de Sargan utilizado com o objetivo de verificar a validade dos instrumentos. A falha em rejeitar a hipótese nula indicará que os instrumentos são robustos. Além disso, como se supõe inicialmente de que o erro $it\epsilon$ não seja autocorrelacionado, é feito um teste de correlação serial de primeira ordem e outro de segunda ordem sobre os resíduos em primeira diferença, $\Delta \epsilon_{it}$. Espera-se que esses erros sejam correlacionados em primeira ordem e não autocorrelacionados em segunda ordem (ARAÚJO, 2009).

3 NOVAS “RURALIDADES” E DINÂMICAS ECONÔMICAS E SOCIAIS

Um leque de teóricos tem promovido esforços na tentativa de desfazer essa segmentação entre o campo e a cidade, com o argumento de que as necessidades hoje impostas em termos de desenvolvimento humano não têm sido alcançadas pelos projetos concebidos a partir dessa dicotomia, como mostram Cordeiro Neto e Alves (2009). Tais autores recorrem a elementos do mercado de trabalho para explicar tal necessidade, visto que esse mercado se tornou uma espécie de espelho das transformações que ocorreram no meio rural, a partir da introdução de novas tecnologias poupadoras de mão de obra, sob a perspectiva de redução dos custos e aumento da produtividade.

Nos últimos anos, orientada por políticas de expansão, a agricultura brasileira vem esboçando um contínuo processo de transformação de seu panorama. Essas mudanças envolvem a redimensão e redefinição do papel da agricultura na economia doméstica. É notável que a agenda de transformações envolva, certamente, a ação modernizadora do processo produtivo na cadeia agrícola, conferindo-lhe um caráter mais individualizado e mais consonante com a lógica de acumulação capitalista, possibilitando uma maior integração da unidade produtiva primária às redes de produção agrícolas e não agrícolas. Isso leva ao avanço de novas atividades no interior da própria agropecuária. Esse processo está ligado ao desenvolvimento de uma postura “pluriativa” nas atividades desse setor com o surgimento dos chamados “agronegócios”.

O comportamento do mercado de trabalho, subordinado às lógicas das relações de produção, passa a ser ditado pelo movimento dos fenômenos que afetam o paradigma agrícola, traduzindo-se em uma elevação contínua da produtividade do trabalho nas tarefas agropecuárias.

A respeito disso, Silva (1998) declara que, em função das mudanças nas unidades produtivas agropecuárias, duas grandes transformações ocorrem no mercado de trabalho agrícola: i) nova divisão do trabalho no interior das unidades familiares, liberando alguns membros das famílias para se ocuparem em outras atividades, alheias a sua unidade produtiva; ii) os membros da família que já conduziam individualmente a atividade agrícola têm o seu tempo de trabalho reduzido, de sorte a possibilitar a combinação da produção agrícola na sua unidade com outra atividade externa, agrícola ou não.

Silva (1998) afirma ainda que a diferença entre os termos está na unidade de análise: o primeiro diz respeito às famílias e seus membros; enquanto que o segundo diz respeito ao

estabelecimento agropecuário, observando-se o tempo dedicado ao estabelecimento pelas pessoas envolvidas nas suas atividades agropecuárias.

Desse modo, no primeiro caso, os indivíduos liberados pelo processo de modernização/mecanização da produção mantêm sua estrutura domiciliar ligada ao meio rural, mas deslocam sua força de trabalho para atividades não necessariamente agrícolas, ampliando e consolidando uma categoria de indivíduos rurais que exerce atividades não agrícolas. A forma de inserção desse trabalhador no mercado de trabalho não agrícola, em muitos casos, dá-se de forma precária, devido às mais frágeis condições de qualificação dessa mão de obra. No entanto, isso não significa o rebaixamento do padrão de qualidade das ocupações em relação ao trabalho na agricultura, pois a estrutura produtiva agrícola anterior ao processo de modernização envolve indícios de precarização muito mais intensos, quando comparada aos setores não agrícolas.

Neste contexto, as conclusões de Balsadi e Silva (2008, p.2) ganham relevância ao mostrarem que “os movimentos gerais da agricultura tiveram como resultado o aumento das discrepâncias na qualidade do emprego agrícola entre as diferentes categorias de empregados, reforçando uma tendência de polarização dentro do mercado de trabalho assalariado agrícola”.

No segundo caso, os trabalhadores que combinam atividades agrícolas com atividades não agrícolas (devido ao surgimento de tempo ocioso decorrente de processos como a mecanização e a terceirização no campo) vieram a ser conhecidos como “pluriativos”, já que exerciam mais de uma atividade econômica. Também derivados das mesmas transformações, os agricultores com essas atividades vieram a ser conhecidos como “agricultores em tempo parcial”, pois não dedicavam mais todo o seu tempo de trabalho às atividades agrícolas dos seus estabelecimentos.

A expansão da lógica de produção capitalista no universo rural contribui também para a consolidação e crescimento de categorias de indivíduos com características bastante incomuns para o meio onde se encontram. Além do aumento dos trabalhadores rurais que veem nas atividades não agrícolas não apenas uma forma de obtenção de renda, mas uma nova chance de entrada no mercado de trabalho (devido à pequena possibilidade de sua reinserção na agricultura, decorrente do processo de modernização tecnológica que esta vem atravessando), outros grupos emergem e se ampliam em decorrência das transformações nas atividades primárias e no espaço rural de modo mais geral. Esse é o caso de trabalhadores residentes no meio urbano que têm suas atividades relacionadas à agropecuária. A esse respeito é fundamental considerar o processo de terceirização de atividades.

Assim, as necessidades que antes faziam parte do dia a dia dos estabelecimentos rurais agora estão progressivamente sendo atendidas por agências especializadas nessas atividades, em sua maioria sediadas em áreas urbanas.

Desse modo, um dos componentes notáveis no mercado de trabalho agrícola, dentro do contexto do “novo rural”, seria o crescimento acentuado da mão de obra pluriativa, com trabalhadores exercendo atividades agrícolas e não agrícolas e domiciliados em espaços, até então, pouco promissores para o desenvolvimento de determinadas funções, como é o caso do trabalho agrícola no ambiente urbano e do trabalho não agrícola no ambiente rural.

Essa nova e inusitada configuração do espaço rural, onde cresce o número de pessoas morando no campo, mas exercendo atividades que antes eram sinônimo de urbano, tem reflexos diretos sobre várias características dos trabalhadores rurais como sua remuneração, escolaridade, dentre outras, e são estimuladas por dinâmicas diversas que influenciam diretamente os padrões de comportamento dos residentes rurais e urbanos, no sentido de modificar as formas como esses agentes se relacionam com o campo econômico e o meio onde vivem.

O grande crescimento das ocupações rurais não agrícolas nos países latino-americanos, principalmente a partir da década de 1990, deveu-se, por um lado, à própria queda no nível de emprego nas atividades agrícolas, o que obrigou a população rural a buscar outras formas de ocupação; e por outro lado, à extensão e ampliação dos mercados de bens e serviços para os setores rurais (KLEIN, 1992, p. 22).

Com isso, parte da dinâmica apresentada pelo emprego rural está ligada ao próprio processo de desenvolvimento econômico, pois na medida em que os países vão se desenvolvendo, estendem para as áreas rurais seus serviços públicos, em particular os serviços de educação e de saúde, assim como cresce o emprego público ligado à administração.

Registra-se nesse caso que o desenvolvimento em questão está ligado intrinsecamente ao adensamento do tecido produtivo e melhorias sociais no ambiente urbano. No meio rural, tem-se um processo de aumento da ociosidade da mão de obra, à proporção que avança a mecanização, modernização e terceirização dos sistemas produtivos, liberando trabalhadores que vão causar o “inchaço” do exército urbano de reserva. Um grande avanço, em relação ao equacionamento desse cenário, reside no próprio desenvolvimento das características pluriativas dos trabalhadores rurais, que acabam por encontrar uma nova possibilidade de se reinserir no mercado de trabalho, mesmo com o aumento da incapacidade da indústria de absorver os trabalhadores liberados pelo processo de modernização da agricultura.

Outro ponto que merece destaque são os trabalhadores aproveitados pela moderna agricultura. Eles conseguem ampliar significativamente seu padrão de vida, na medida em que o mercado de trabalho, para essa nova condição da agropecuária, envolve mecanismos bem mais sofisticados em termos de formalização, remuneração e condições de trabalho.

Nota-se que as condições e o estilo de vida urbano ainda representam um importante incentivo nas decisões dos trabalhadores rurais de abandonar o campo e, conseqüentemente, a agricultura, para se dedicar às atividades não agrícolas em áreas urbanas; porém, pontua-se que essa dinâmica está se enfraquecendo. O componente mais novo nesse processo é que os trabalhadores rurais não mais precisam se desligar do seu domicílio rural para fazer isso, pois o próprio processo de urbanização para além das cidades, mencionado anteriormente, permite que esses grupos de trabalhadores exerçam atividade, antes urbanas, sem, contudo, deixar o campo.

Weller (1997, p. 75-90) identificou, em seus estudos sobre o emprego rural em países centro-americanos, cinco dinâmicas distintas que impulsionam a geração da oferta e demanda nos mercados de trabalho rural não agropecuário:

- a) as atividades econômicas derivadas da produção direta de bens e serviços agropecuários ou indireta à sua comercialização, processamento e transporte, bem como o consumo intermediário de insumos não-agrícolas utilizados nesses processos. Essa dinâmica pode ainda ser subdividida em: i) as atividades agropecuárias derivadas da produção desses bens realizadas diretamente pelos estabelecimentos agropecuários; a. ii) as atividades agroindustriais derivadas do processamento de bens agropecuários, bem como do consumo intermediário de insumos não-agrícolas utilizados na produção de bens e serviços agropecuários; iii) os serviços auxiliares das atividades econômicas derivados da produção de bens e serviços agropecuários ou da sua comercialização, processamento e transporte, bem como o consumo intermediário de insumos não-agrícolas utilizados nesses processos; b) atividades derivadas do consumo final da população rural, que incluem a produção de bens e serviços não agropecuários tanto de origem rural ou urbanas, como os serviços auxiliares a estes relacionados (transporte, comércio varejista etc.); c) atividades derivadas da grande disponibilidade de mão-de-obra excedente do setor camponês, denominando setor de refúgio, englobando-se aí tanto o trabalho a domicílio, como o trabalho complementar daqueles que exercem outra atividade remunerada fora de suas unidades produtivas, seja ela agrícola ou não.

Um importante fator está implícito nessas dinâmicas que impulsionam a oferta e demanda nos mercados de trabalho rural não agropecuário, a saber, o adensamento das relações econômicas entre residentes no campo e na cidade. Com isso, a proximidade, induzida pela aproximação das relações de produção, consumo e distribuição dos bens produzidos nesses meios, acaba por colaborar com a redefinição dos mercados de trabalho urbano e rural, com profundas e irreversíveis alterações em sua estrutura.

Além das dinâmicas identificadas por Weller (1997), outras estão atuando no processo de integração das estruturas dos mercados de trabalho agrícola e não agrícola, conforme Silva (1998, p. 5):

d) consumo final não-agrícola da população urbana, como o artesanato, turismo rural etc; que são constituídos por bens e serviços não-agrícolas que podem ser realizados internamente nas explorações agropecuárias; e) serviços públicos nas zonas rurais. f) demanda da população rural não-agrícola de altas rendas por áreas de lazer e/ou segunda residência (casas de campo e de veraneio, chácaras de recreio) bem como os serviços a elas relacionados (caseiros, jardineiros, empregados domésticos etc); g) demanda da população urbana de baixa renda por terrenos para autoconstrução de suas moradias em áreas rurais situadas nas cercanias das cidades, mas que já possuem uma infraestrutura mínima de transportes e serviços públicos, como água e energia elétrica; h) demanda por terras não-agrícolas por parte de indústrias e empresas prestadoras de serviços, que buscam o meio rural como uma alternativa mais favorável de operação.

Essas dinâmicas colocam elementos novos nas relações campo-cidade, ao introduzirem, no debate, componentes não necessariamente econômicos, como o aumento dos serviços públicos nas áreas rurais. Isso confere uma complexidade ao novo bojo das relações laborais na agricultura que transcendem o campo econômico.

Em relação às dinâmicas que estimulam o crescimento da oferta de trabalho rural para setores não agrícolas, sejam elas sociais ou econômicas, deve ser feita uma importante consideração: em muitos países em desenvolvimento, a coexistência de padrões distintos de desenvolvimento tecnológico e produtivo na agricultura é decisiva como determinante de um maior ou menor crescimento das ocupações não agrícolas em áreas rurais. Logo, a existência de um dualismo, envolvendo a convivência de uma agricultura desenvolvida com um sistema agrícola arcaico, com baixa produtividade e intensivo em mão de obra, tem comportamentos diferentes em relação às novas faces do meio rural. Assim, no primeiro caso, os ninchos criados pela ação de modernização acabam incentivando o surgimento de outras atividades, não necessariamente agrícolas, condição que não se repete para o segundo caso, tendo em vista que há uma tendência à preservação das ruralidades intrínsecas dessas áreas, muito embora o desenvolvimento da agricultura capitalista esteja avançando sobre esses espaços.

Com isso, assiste-se recentemente não ao fim do êxodo rural que marca as décadas anteriores, mas sim, à sua reformulação, na medida em que há uma significativa redução das migrações diretas do campo para a cidade, e uma ampliação igualmente significativa, das “migrações setoriais” do “agrícola” para o “não agrícola”, com uma teia de elementos atuando no sentido de estimular esses movimentos.

Temos, portanto, um arrefecimento dos fatores que incentivam as populações rurais a migrar para as cidades, o que representa um ponto de inflexão importante no relacionamento

rural-urbano; porém, os diferenciais de rendimento e condições gerais de trabalho, entre o setor primário tradicional e os demais setores da economia, estimulam as “migrações setoriais”. A esse respeito, Silva (1998, p. 3) entende que:

As possibilidades de obtenção de maiores rendimentos das atividades não-agrícolas, na sua maioria monetizadas, e de acesso aos bens públicos pelas populações rurais, tem amenizado as migrações e levaram a maior fixação da população no campo em vários países. Além dos fatores de expulsão da população do campo estarem se arrefecendo, também os fatores de atração da população rural para as cidades têm seu poder reduzido, devido à redução na geração de novos empregos nos centros urbanos.

No entanto, não obstante o processo de integração setorial, que envolve também a integração dos mercados de trabalho rural e urbano, as políticas agrícolas ainda não consideram o processo de pluriatividade, impedindo o acesso dos trabalhadores com essas características às políticas públicas para o setor.

Como via de regra, os governos, principalmente de países em desenvolvimento, não conseguiram captar com a necessária velocidade os novos fenômenos do mercado de trabalho rural, o que limitou as intervenções governamentais, no sentido de preservar e estimular o bom desenvolvimento da pluriatividade da mão de obra rural. Assim, de maneira praticamente espontânea, a despeito da quase completa ausência de políticas públicas que caminhem nessa direção, o fenômeno da pluriatividade foi ganhando altivez e consolidando sua presença no meio rural.

O processo de urbanização extensiva que avança sobre o mundo rural modifica profundamente sua estrutura, principalmente em termos de emprego, ocupação e produtividade. No entanto, a ruralidade, entendida como a manifestação de identidades sociais e culturais associadas ao meio rural, ainda se mantém. Isso porque a dinâmica apresentada pelo emprego agrícola também se mantém em níveis elevados e o emprego agrícola responde por grande parte dos empregos no campo. Segundo estudo de Campolina e Silveira (2008), efetivamente, no Brasil, 70% dos trabalhadores engajados em atividades agrícolas residem no campo e 73% dos moradores no campo desenvolvem atividades primárias.

Destacou-se anteriormente que há mudanças profundas nas relações laborais no meio rural. No entanto, isso não significa o inevitável processo de urbanização do campo. As novas características observadas no meio agropecuário se espalham por diversas áreas, sendo, no entanto, mais intensas apenas em regiões onde o desenvolvimento da moderna agricultura é maior, concluindo-se daí, que o processo de urbanização extensiva ainda se encontra restrito ou incompleto.

Isso mostra que o olhar sobre as novas características do campo não pode ser direcionado exclusivamente para o avanço da urbanização. Sobre isso, Carneiro (1998, p.59) defende:

Nesses termos, não podemos entender a ruralidade hoje somente a partir da penetração do mundo urbano-industrial no que era definido tradicionalmente como “rural”, mas também do consumo pela sociedade urbano-industrial, de bens simbólicos e materiais (a natureza como valor e os produtos “naturais”, por exemplo) e de práticas culturais que são reconhecidos como sendo próprios do chamado mundo rural.

Outro fator importante é que se podem identificar trocas entre os meios urbano e rural, no sentido de que poderíamos considerar o avanço das características rurais sobre as cidades. Assim, verificam-se elementos de ruralidade em espaços urbanos, bem como elementos de urbanidade em espaços rurais. Baseados nessa argumentação, pode-se refutar componentes das teses de urbanização/industrialização como um fenômeno inevitável no campo.

Desse ponto de vista, denota-se que o rural não é um resíduo oposto ao urbano, desmitificando a ideia de oposição entre esses meios, abrindo espaço para o desenvolvimento de concepções que os enxergam como componentes complementares. As colocações de Locatel (2004, p.9) ajudam a corroborar essa noção:

A diferenciação entre espaço rural e urbano é válida para a análise territorial. O que não tem sentido é a oposição campo-cidade. Diante das novas realidades do meio rural, essa oposição perdeu todo o seu conteúdo explicativo. Não se deve considerar um espaço rural, mas sim espaços rurais que se integram paulatinamente com espaços urbanos. Também, não se deve simplesmente elencar as funções do meio rural através de uma classificação de atividades ou de uso do solo, senão torná-las como resultado de um processo de integração, difusão e inter-relação dos elementos característicos do âmbito urbano com os do rural. Assim, as categorias rural e urbano têm que ser consideradas como complementares nas análises territoriais, por se tratar de espaços interdependentes [...]

Destaca-se que a modificação de hábito produzida pelo maior acesso aos bens públicos e contato mais direto com elementos da urbanidade não é suficiente para sustentar que as práticas ou a cultura rural desapareçam em relação às práticas urbanas.

A formulação de estratégias desenvolvimentistas, públicas ou privadas, bem como o planejamento de novos investimentos encontra-se ligada ao fornecimento de informações que possam auxiliar nesses processos. De modo que o conhecimento da realidade dos diversos segmentos da economia contribui para seu progresso.

As agroindústrias, por terem um importante papel no desenvolvimento econômico e social, devido às suas características de propagação sobre os demais segmentos da economia, seja como consumidoras de implementos agrícolas, seja como fornecedoras de matérias

primas ou produtos acabados, e ainda como importantes absorvedoras de mão de obra, desempenham uma função fundamental no padrão de bem-estar da sociedade.

A importância de atividades do agrupamento agrícola também sobressai quando se considera seu desempenho nas contas com o exterior, contribuindo tanto como fonte de geração de divisas, como componente de equilíbrio das contas externas.

4 ASPECTOS DA DIMENSÃO E EVOLUÇÃO DO EMPREGO RURAL

Seguindo os ciclos de transformações da agricultura, chega-se a diversos componentes que traduzem as mudanças nas atividades agrícolas e no meio rural como um todo. A análise, além da ótica da produtividade, aponta que as transformações da agricultura foram socialmente excludentes, provocaram a diminuição abrupta das populações rurais, foram ambientalmente prejudiciais aos ecossistemas naturais e que, apesar da elevação da produção, parte considerável da população mundial, inclusive nos países onde a modernização tecnológica foi mais intensa, não consegue sequer atingir os limites alimentares mínimos (SCHNEIDER; NAVARRO, 2006).

No entanto, um dos aspectos mais importantes das transformações nas atividades agrícolas e do meio rural, certamente, refere-se às mudanças nas formas de ocupação e de emprego. Nesse sentido, diversos estudos apontam para o crescimento de atividades não agrícolas no ambiente rural, contribuindo com a noção de que o campo deixou de ser espaço exclusivo do trabalho agropecuário.

Desse modo, e considerando-se o fato de as ocupações agrícolas diminuírem nos ambientes urbanos e de as ocupações não agrícolas terem aumentado até mesmo no meio rural, percebe-se um claro processo de urbanização para além dos limites das cidades. Monte-Mór defende:

[...] a tese de urbanização extensiva, caso brasileiro que trata de uma “urbanização que ocorreu para além das cidades e áreas urbanizadas, e que carregou com ela as condições urbano-industriais de produção (e reprodução) como também a práxis urbana e o sentido de modernidade e cidadania”. Assim, o urbano no mundo contemporâneo seria uma síntese da antiga dicotomia cidade-campo, um terceiro elemento na oposição dialética cidade-campo, a manifestação material e sócio-espacial da sociedade urbano-industrial contemporânea estendida, virtualmente, por todo o espaço social (2006, *apud* CORDEIRO NETO; ALVES, 2009, p. 328).

Os dados apresentados a seguir ilustram o caso brasileiro dos últimos anos, em que se observa a expansão das ocupações não agrícolas, tanto entre as populações urbanas como rurais do país (taxa média de crescimento de 3.20% no meio urbano e 4.16% no meio rural). Verifica-se, ainda, que o emprego não agrícola cresce de maneira mais acentuada, inclusive no meio rural, do que as ocupações agrícolas (no meio urbano, taxa média de crescimento de 3.20% da ocupação não agrícola, contra retração média de 1.14% das ocupações agrícolas; no meio rural, crescimento médio de 4.18% contra retração de 0.73%, respectivamente). Isso mostra que no Brasil há uma sensível transformação no padrão de organização do espaço rural, potencializada por processos de formação e crescimento das agroindústrias e sua

extrapolação para áreas rurais e, também pelo desenvolvimento de uma nova dinâmica do setor de serviços, pois, muito embora parte considerável da população permaneça morando em áreas rurais, sua ocupação principal não está diretamente relacionada à agricultura. Isso porque a expansão da oferta de emprego, especialmente industrial e suas conexões com um novo setor de serviços, amplia a possibilidade de trabalhadores rurais exercerem atividades em segmentos da economia que antes eram considerados exclusivamente urbanos. Desse modo, a migração industrial para áreas rurais continua contribuindo para potencializar as transformações no padrão de organização dos espaços urbanos e rurais.

Tabela 1: Brasil - População Empregada Segundo Condição de Moradia e Atividade

ZONA	Pessoas		Crescimento Médio (%)
	2002	2012	
URBANA			
Empregados	44.399.150	59.889.056	3.04%
Agrícolas	2.009.512	1.792.708	-1.14%
Não Agrícolas	42.389.638	58.096.348	3.20%
RURAL			
Empregados	4.992.313	6.023.050	1.89%
Agrícolas	2.598.181	2.415.688	-0.73%
Não Agrícolas	2.394.132	3.607.362	4.18%
TOTAL	49.391.463	65.912.106	2.93%

Fonte: Microdados da PNAD/IBGE. Elaboração própria.

De forma geral, considerando a redução de 8.67% no emprego agrícola total e o crescimento de 37.78% nas ocupações não agrícolas totais, 93.6% das pessoas empregadas no Brasil em 2012, exerciam atividades não agrícolas, número 2.9% maior que em 2002. Esse fato ressalta as transformações não só no espaço rural, mas em toda a economia brasileira, a não coincidência entre o ambiente rural e ocupação nas atividades primárias, permitindo destacar duas importantes constatações sobre a organização da dinâmica rural local: i) que a expulsão dos trabalhadores rurais do campo em décadas anteriores não significou sua desvinculação das atividades agrícolas, já que mesmo com uma redução de 10.79%, ainda é alto o número de ocupados agrícolas em domicílios urbanos (1.792.708 em 2012); e ii) que o desenvolvimento de novos segmentos da economia absorve mão de obra do campo, sem, no entanto, obrigá-la a migrar para as cidades, conforme tabela 01.

Proni (2010) aponta para o aumento no número de trabalhadores volantes e/ou sem-terra, por conta da intensificação da mecanização da produção agrícola. Segundo o autor, esse fenômeno associa-se, em parte, ao aumento do processo de modernização tecnológica, além da falta de uma diretriz estratégica de apoio à agropecuária que fez com que pequenos

proprietários, devido às dificuldades de acompanhar o desenvolvimento tecnológico, tivessem limitadas suas possibilidades de coexistência com os modernos Centros Agroindustriais. Consideram-se, ainda, as dificuldades encontradas principalmente pelos pequenos produtores rurais com o cenário macroeconômico e política de crédito adversa dos anos 1980 e 1990. Paralelamente, conforme a tabela 01, houve uma redução no agregado da população ocupada em atividades essencialmente agrícolas. Isso revela um quadro preocupante para a agropecuária brasileira, pois, conforme Proni (2010), o processo de modernização tecnológica concentrou-se nas áreas mais capitalizadas do campo brasileiro, sendo assim, as ocupações agrícolas não se modificaram muito nas áreas mais pobres. Mesmo assim, observa-se uma liberalização de mão de obra rural inclusive em espaços subnacionais de menor desenvolvimento econômico, colocando a agropecuária como um reservatório de mão de obra.

Os desequilíbrios oriundos das pressões do processo de modernização/mecanização da agricultura sobre os empregos agrícolas rurais são atenuados. No campo, pela emergência dos setores não agrícolas, além de contribuírem para a expansão da oferta de emprego para os trabalhadores nesse meio, também possui efeitos de encadeamentos importantes sobre o próprio setor agrícola, contribuindo para garantir possibilidades de reinserção dos trabalhadores rurais liberados na agropecuária, por conta do quadro de transformações no meio rural em atividades agrícolas ou não agrícolas. Desse modo, os setores de serviços domésticos (18.68%), indústria de transformação (17.73%), Educação, saúde e serviços sociais (16.26%), comércio e reparação (11.04%) e construção (10.64%) são os que mais empregam mão de obra rural no Brasil, conforme tabela 02.

As características desses setores, como a menor necessidade de qualificação, permitem que os trabalhadores rurais possam exercer atividades nesses segmentos. Grande parte dessas atividades, comparativamente às demais posições não agrícolas, é caracterizada, geralmente, por marcante precarização no mercado de trabalho. No entanto, esses indicadores parecem ser mais suaves do que o observado na maioria das ocupações agrícolas. Isso significa que o desenvolvimento de atividades não agrícolas no ambiente rural representa um salto, ainda que modesto, nas condições de trabalho da mão de obra rural.

Para Schneider e Navarro (2006), as mudanças atualmente em curso parecem indicar que o desenvolvimento social e econômico do mundo rural está passando por redefinições que apontam não apenas para a emergência de novas formas de obtenção de rendas para os agricultores e os habitantes do espaço rural, mas talvez até mesmo uma nova via para sua inserção na divisão social do trabalho.

Del Grossi (1999) identifica três elementos capazes de explicar esse novo padrão de organização do meio rural: a) com a modernização da agricultura e o consequente aumento da produtividade do trabalho no campo, houve uma redução acentuada da mão de obra ocupada nas atividades agrícolas. Além disso, o próprio responsável pela atividade agropecuária também passou a ter tempo ocioso, aproveitando-o para se dedicar a outras atividades (agrícolas e/ou não agrícolas) fora da propriedade, em tempo parcial ou naqueles períodos do ano em que as atividades agrícolas na propriedade são menos intensas; b) a queda nos preços dos produtos agrícolas nas últimas três décadas do século XX, obrigando membros das famílias rurais a procurar atividades alternativas como forma de manterem o nível de renda familiar; e c) a oferta crescente de oportunidades de ocupações não agrícolas à população rural, que geralmente remuneram mais que a agricultura e, portanto, exercem uma atratividade junto às pessoas que buscam melhorar o seu padrão de vida.

Tabela 2: Brasil- Distribuição dos Empregados Rurais Não Agrícolas Segundo a Atividade Econômica

ATIVIDADES	2002		2012	
	Freq. Abs.	Freq. Rel.	Freq. Abs.	Freq. Rel.
Outras atividades industriais	44,618	1.86	66,092	1.83
Indústria de transformação	470,491	19.65	639,619	17.73
Construção	173,786	7.26	383,738	10.64
Comércio e reparação	235,839	9.85	398,099	11.04
Alojamento e alimentação	65,665	2.74	122,328	3.39
Transporte, armazenagem e comunicação	81,200	3.39	181,783	5.04
Administração pública	188,435	7.87	320,210	8.88
Educação, saúde e serviços sociais	409,250	17.09	586,572	16.26
Serviços domésticos	582,023	24.31	680,448	18.86
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	54,854	2.29	78,077	2.16
Outras atividades	86,535	3.61	150,104	4.16
Atividades maldefinidas	1,436	0.06	292	0.01
Total	2,394,132	100.00	3,607,362	100.00

Fonte: Microdados da PNAD/IBGE. Elaboração própria.

Os dados apresentados a seguir mostram alguns dos componentes do mercado de trabalho no Brasil, como o crescimento da população empregada residente em áreas rurais com carteira assinada, crescimento médio de 3.45% entre 2002 e 2012. Um indício que a nova configuração do ambiente rural tende a contratar sua mão de obra de forma mais formalizada, seja em ocupações agrícolas ou não agrícolas.

A formalização das relações de trabalho da mão de obra rural é uma das mais notáveis melhorias identificadas nos últimos anos. Esse processo de formalização está associado ao fenômeno de desenvolvimento das atividades não agrícolas no meio rural, pois as ocupações

não agrícolas tendem a contratar de maneira mais formalizada, contribuindo para melhorar o nível de bem-estar dos trabalhadores no ambiente rural³. É importante notar que a realidade da formalização das relações contratuais da mão de obra no campo ainda está muito aquém daquelas que seriam consideradas ideais já que apenas 18.9% dos contratos de trabalho no campo são formalizadas, enquanto para o meio urbano esse percentual chega a 54.2%.

Tabela 3: Brasil - Síntese dos Indicadores do Mercado de Trabalho

Anos	Zona	PIA	População economicamente ativa (PEA)*			
			Total	População desocupada	População ocupada	
					Total	Empregados com carteira assinada
2002	Urbana	121,185,456	78,157,820	6,037,811	72,121,734	31,058,168
	Rural	21,948,387	16,103,516	315,110	15,788,406	2,011,565
	Total	143,133,843	94,261,336	6,352,921	87,910,140	33,069,733
2012	Urbana	145,842,030	87,039,577	5,921,075	81,118,502	43,952,522
	Rural	25,189,554	15,420,873	441,533	14,979,340	2,824,424
	Total	171,031,584	102,460,450	6,362,608	96,097,842	46,776,946

Fonte: Microdados da PNAD/IBGE. Elaboração própria.

É notável o crescimento da população ocupada em áreas urbanas em relação à expansão das ocupações rurais (taxa média de crescimento de 1.18% contra -0.52% respectivamente) o que demonstra que, mesmo com a possibilidade de inserção das populações rurais em atividades não agrícolas, a dinâmica do mercado de trabalho urbano é mais intensa que a do mercado rural.

Como destaca Proni (2010), embora tenha havido um aumento na formalização do emprego rural, há um aspecto negativo nesse quadro, a presença do desemprego aberto, que, embora não seja relativamente elevada, quando comparada com as áreas urbanas (2.86% em 2012), indica a presença de uma parcela de trabalhadores rurais que não conseguiu encontrar sequer um trabalho temporário e não estava acomodada em atividades não remuneradas ou de subsistência (ver Tabela 03).

Não obstante à diminuição das ocupações no meio rural, a população sem ocupação continuou se expandindo, reflexo do crescimento total da população economicamente ativa. Porém, a população desocupada diminuiu nas áreas urbanas, por conta da maior dinamicidade do meio urbano. (Tabela 03).

³O conceito de formalidade, ou sua correspondente informalidade, não é um consenso entre os pesquisadores nacionais. No Brasil, a legislação trabalhista exige que todos os trabalhadores assalariados possuam uma carteira de trabalho assinada. Isso acabou por tornar o conceito de formalidade diretamente associado à posse ou não da carteira de trabalho assinada, conforme Ulysea (2006).

Na dinâmica do mercado de trabalho, um dos movimentos mais importantes identificados na análise das condições do emprego rural é o fluxo de trabalhadores ocupados em atividades agrícolas para atividades não agrícolas, num ritmo relativamente rápido (Tabela 04). No intervalo em estudo, constata-se a significativa perda de participação da ocupação agrícola na população economicamente ativa (18.8% em 2002 para 13.7% em 2012) em detrimento do ganho de importância de atividades não agrícolas (que passam de 74.5% para 80.1%).

Tabela 4: Brasil - População Economicamente Ativa Segundo Ocupação na Atividade Principal

Anos	Agrícola	Não-agrícola	Total
2002	17,678,879 18.8%	70,204,061 74.5%	87,882,940 93.2%
2012	13,987,030 13.7%	82,110,812 80.1%	96,097,842 93.8%

Fonte: Microdados da PNAD/IBGE. Elaboração própria.

Pode-se dizer que há uma redefinição na distribuição da PEA em favor das atividades ligadas à indústria e ao setor de serviços, setores que têm peso considerável na formação do PIB brasileiro. As tendências apontam para a emergência de novas formas de obtenção de rendas (essencialmente não agrícolas), conforme pode ser depreendido da observação da tabela 04.

Desse modo, e considerando-se as conclusões acerca dos dados da tabela 01, vê-se que os trabalhadores rurais encontraram novas formas de se relacionar com o ambiente econômico, através de suas ocupações. Isso confere ao campo uma pluriatividade que, nas palavras de Schneider e Navarro (2006, p. 103):

[...] Implica uma forma de gestão do trabalho doméstico que sempre inclui o trabalho agrícola, o que não quer dizer que essa atividade seja exclusiva ou mesmo a mais importante. Outras atividades podem ser assumidas com o objetivo de sustentar ou de dar suporte a atividade doméstica, ou ainda serem motivadas por considerações não relacionadas à agricultura.

Assim, a inclusão da pluriatividade⁴ encontra-se ligada diretamente à incorporação de atividades não agrícolas dentro de ambientes que antes eram compreendidos exclusivamente como rurais e agrícolas.

De acordo com os dados obtidos na tabela 05, que reúne informações sobre a situação na ocupação dos trabalhadores agrícolas, observa-se que a inserção de trabalhadores agrícolas em áreas urbanas significou uma mudança na relação de trabalho que os vincula à organização produtiva. Verifica-se que 39.1% (dos quais apenas 13.1% com carteira assinada) dos trabalhadores agropecuários residentes na zona urbana eram trabalhadores assalariados em 2002. Note-se que essa taxa de participação é cerca 16.8 pontos percentuais mais elevada do que a dos residentes na zona rural que ocupavam a mesma posição (22.3% assalariados e apenas 5.9% com carteira assinada). Em 2012, tem-se uma pequena retração no número de trabalhadores agrícolas assalariados (principalmente no trabalho assalariado sem carteira) no meio urbano e uma pequena retração nos assalariados agrícolas no meio rural. O indicativo de melhora deve-se ao leve aumento da participação dos trabalhadores com carteira assinada, melhorando os níveis de formalização do trabalho agrícola (de 13.1% para 22.3% no meio urbano e de 5.9% para 7.8% no meio rural), porém, de maneira mais acentuada na zona urbana.

Tabela 5: Brasil - Empregados Agrícolas Segundo Situação de Ocupação e Condição Domiciliar

Situação de Ocupação	2002		2012	
	URBANO	RURAL	URBANO	RURAL
Empregado com carteira	655,160	677,712	905,152	775,023
Empregado sem carteira	1,301,351	1,882,792	887,556	1,640,665
Conta própria	1,085,089	3,206,347	996,053	2,984,727
Empregador	241,588	197,073	163,887	153,776
Trab. próprio consumo	1,205,730	1,949,820	926,078	2,817,557
Não remunerado	509,400	3,543,702	186,265	1,550,291

Fonte: Microdados da PNAD/IBGE. Elaboração própria.

Ainda sobre os dados da tabela 05, sobressai a importância dos trabalhadores por conta própria nas atividades agropecuárias, que ampliou de forma significativa sua presença no campo e mantém níveis elevados de participação em sua mão de obra agrícola, junto com os trabalhadores que produzem para o próprio consumo.

⁴Para Proni (2010, p. 149), o aumento da pluriatividade entre a população rural implica “a combinação de duas ou mais atividades distintas em que pode variar a posição na ocupação”.

Chama-se a atenção para o grande número de trabalhadores por conta própria, não remunerados e para subsistência entre os ocupados rurais (74.1% em 2012). Devido às condições de vulnerabilidade desses grupos e sua menor vinculação à terra, eles encontram-se mais propícios a se engajar em atividades não agrícolas absorvedoras de mão de obra de menor qualificação.

A classificação da população ocupada rural, segundo os anos de estudo, é obtida em função da série e do nível ou grau que a pessoa estava cursando ou havia cursado, considerando-se a última série concluída com aprovação. As condições de instrução dos trabalhadores residentes de áreas rurais apresentam-se com nítida tendência de melhora, muito embora os grupos com as menores faixas de instrução concentrem a maior parte da população rural empregada (Tabela 06).

O trabalho rural não agrícola mostra uma tendência mais acentuada de melhoria dos níveis educacionais que o trabalho agrícola, pois a concentração de trabalhadores na faixa mais precária de instrução cai de forma mais expressiva entre os primeiros, relativamente aos trabalhadores agrícolas.

Tabela 6: Brasil -Distribuição Percentual da População Ocupada Rural Segundo Nível de Instrução por Setor de Atividade

NÍVEL DE INSTRUÇÃO	2002		2012	
	Agrícola	Não Agrícola	Agrícola	Não Agrícola
Sem instrução e menos de 1 ano	28.8%	16.7%	22.5%	8.1%
1 a 3 anos	27.6%	23.6%	22.1%	11.0%
4 a 7 anos	34.3%	38.2%	34.6%	27.3%
8 a 10 anos	6.3%	10.3%	12.1%	19.1%
11 a 14 anos	2.4%	9.5%	7.7%	29.2%
15 anos ou mais	0.2%	1.3%	0.7%	5.1%
Não determinados	0.3%	0.4%	0.3%	0.2%
Total	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%

Fonte: Microdados da PNAD/IBGE. Elaboração própria.

A população com até sete anos de estudo, que em 2002 representava cerca de 90.7% da população empregada rural agrícola, em 2012 reduziu-se para 79.2%. Já entre os empregados rurais não agrícolas, esse percentual se reduziu de 78.5%, em 2002, para algo em torno de 46.4%, em 2012. Porém, esse movimento segue a mesma tendência verificada para outros trabalhadores dos demais setores da economia brasileira.

Na análise dos resultados das condições de trabalho da população ocupada, em primeiro lugar, observamos o rendimento médio mensal, para 2002 e 2012. Destaca-se a desigualdade de rendimento entre o trabalho agrícola e não agrícola, principalmente nas áreas

urbanas, onde o rendimento médio dos trabalhadores do primeiro grupo corresponde a 48.8% do rendimento dos trabalhadores do segundo, no ano de 2012. Denota-se, também, o crescimento da remuneração média dos empregados em todos os grupos, com destaque para a expansão do rendimento agrícola urbano (11.72%) e do agrícola rural (11,8%). Essa forte expansão é explicada pelo crescimento real dos salários entre 2002 e 2012, que, em função da pequena dimensão da remuneração média desses grupos, causou um forte aumento relativo, como demonstrado na tabela 7.

Tabela 7: Brasil - Rendimento Médio Mensal do Emprego Segundo Condição de Moradia e Atividade

Zona	Rendimento Médio Mensal		Taxa Média de Crescimento (%)
	2002	2011	
URBANA			
Agrícolas	R\$ 273.13	R\$ 827.29	11.72%
Não Agrícolas	R\$ 651.66	R\$ 1,538.26	8.97%
RURAL			
Agrícolas	R\$ 134.99	R\$ 411.68	11.80%
Não Agrícolas	R\$ 300.22	R\$ 842.94	10.88%

Fonte: PNAD 2004 e 2008 (Microdados). Elaboração própria.

Nota: Consideraram-se apenas os ocupados com rendimentos.

Ainda sobre os dados da tabela 07, percebe-se uma diferença significativa entre o rendimento médio dos ocupados agrícolas e não agrícolas no meio rural; conseqüentemente, o desenvolvimento das atividades não agrícolas em regiões rurais torna-se mais atrativo e contribui para que as populações dessas áreas aumentassem seu rendimento e, por conseguinte, seu bem-estar a partir das melhores condições do rendimento do trabalho não agrícola. No meio urbano, o menor rendimento da atividade agrícola torna esse segmento menos atraente para as populações urbanas, muito embora essa diferença se tenha reduzido fortemente nos anos em estudo. Essas constatações abrem margem para a continuidade de antigos dilemas do meio rural, como o êxodo campo-cidade e para novos desafios com o êxodo agrícola-não agrícola.

5 ÍNDICE DE QUALIDADE DO EMPREGO: RESULTADOS DESCRITIVOS

Nos últimos 30 anos, houve uma profunda mudança no meio rural brasileiro. As alterações envolvem o aumento da produção, deslocamento espacial e ampliação de determinadas culturas e crescimento da produtividade. No entanto, é o aumento das atividades não agrícolas entre os trabalhadores de domicílios rurais que mais chama à atenção dos pesquisadores devido aos elementos incorporados nessa mudança que dão novos significados às relações campo-cidade (BRASIL, 2007).

É plausível supor que o crescimento econômico guarda uma relação próxima e positiva com o crescimento do nível de emprego e com a qualidade das ocupações em uma economia dinâmica. Conforme Neves Júnior e Paiva (2010) a absorção do subemprego, que são ocupações geralmente de menor qualidade, por meio de crescimento econômico pode, mediante o fortalecimento da demanda interna, contribuir para aumentos de produtividade, que numa economia com eficiência distributiva, pode significar ganhos de renda e refinamento dos postos de emprego e, com isso, desencadear um processo de sofisticação de mercado de trabalho. É importante observar ainda que a presença de ocupações de menor qualidade é mais frequente na agricultura, vista como um reservatório de mão de obra subocupada, sendo a presença do crescimento do Produto Interno Bruto agrícola uma das variáveis a serem consideradas no processo de equacionamento dos dilemas enfrentados pelo mercado de trabalho agrícola.

No entanto, o crescimento econômico por si só pode não garantir o refinamento das relações de trabalho. Isso decorre da ideia de que o aumento das ocupações em virtude do crescimento econômico pode apenas “inchar” o mercado de trabalho sem, contudo, promover alterações significantes em sua estrutura. Pontua-se ainda, que no caso de estímulos positivo e inesperados sobre um sistema agrícola arcaico, o crescimento econômico pode inclusive reduzir o nível de qualidade das ocupações ao estimular o crescimento de sistema de relações trabalhistas igualmente arcaico e precário ao deslocar mão de obra para esse sistema de produção, inibindo o aumento das ocupações de melhor qualidade em outros setores. Nesse caso, o crescimento econômico de estrutura agrícola pode ter um efeito negativo sobre o crescimento no nível de qualidade do emprego.

Com essas premissas, apresenta-se a seguir dados sobre o crescimento econômico brasileiro e de seus setores. Pontua-se que a média de crescimento do Produto Interno Bruto agrícola se mostra levemente mais elevada quando comparado a outros setores como é o caso

da indústria (crescimento médio de 3.81%, sendo o crescimento da indústria de 3.13%) e junto do setor de serviços é um dos setores que mais cresce na economia brasileira nos últimos anos.

Tabela 8: Brasil - Taxa de Crescimento do Produto Interno Bruto e do Agronegócio: Ótica Da Oferta

Período	Agropecuária	Indústria	Serviços	Agronegócio	PIB a preços de mercado
2002	6.58	2.08	3.21	8.81	2.66
2003	5.81	1.28	0.76	6.53	1.15
2004	2.32	7.89	5.00	2.55	5.71
2005	0.30	2.08	3.68	-4.66	3.16
2006	4.80	2.21	4.24	0.45	3.96
2007	4.84	5.27	6.14	7.89	6.09
2008	6.32	4.07	4.93	6.29	5.17
2009	-3.11	-5.60	2.12	-5.84	-0.33
2010	6.33	10.43	5.49	5.37	7.53
2011	3.90	1.58	2.73	4.38	2.73

Fonte: IBGE e ESALQ. Elaboração própria.

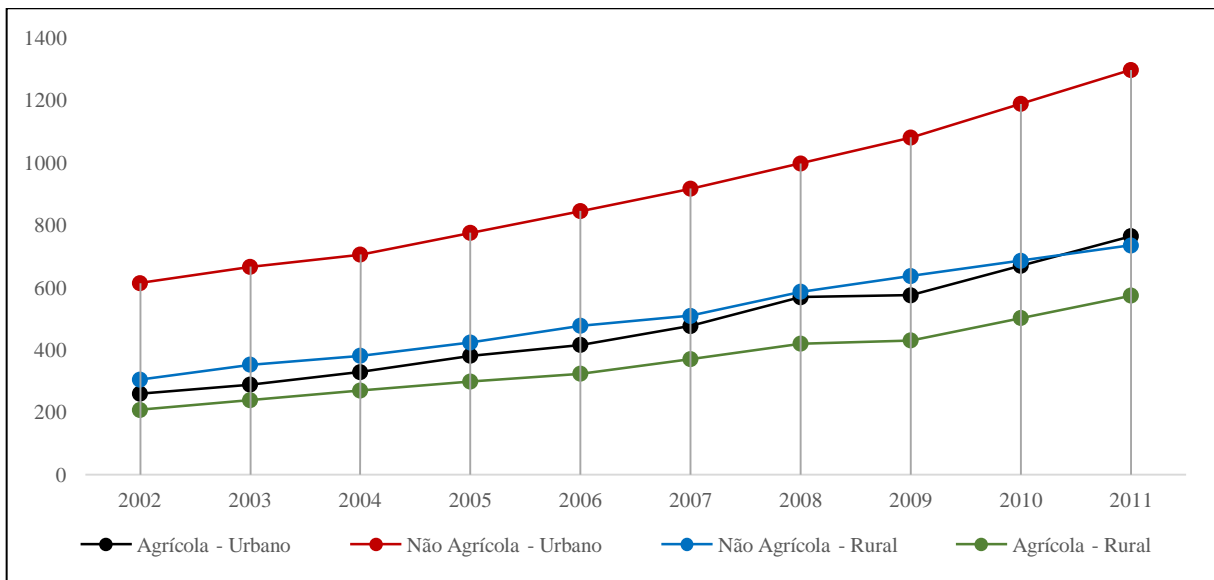
A expansão do produto do agronegócio que congrega um conjunto de práticas agrícolas e não agrícolas e que corresponde a cerca de 22.15% do Produto Interno Bruto brasileiro em 2011, também se mostrou com o crescimento razoável de 3.78%, conforme os dados da tabela 8. As hipóteses que se fazem aqui são: i) à medida que esse crescimento se desenvolve há ganhos de satisfação por parte dos trabalhadores e que isso seja refletido em termos de aumentos da qualidade das ocupações, seja induzida pelo crescimento de setores agrícola e/ou não agrícolas e ii) esse crescimento econômico pode apenas elevar o número de trabalhadores empregados sem que o nível de qualidade se altere, modificando apenas a envergadura do mercado de trabalho sem alterações em seus padrões de qualidade. Essas hipóteses serão verificadas pelo teste e avaliação dos níveis de significâncias dos modelos apresentados na próxima seção.

Outra variável que se escolhe nessa pesquisa como pano de fundo para a explanação das condições de emprego na economia brasileira é o nível de renda do trabalho principal. A hipótese envolvida aqui é que uma proximidade do pleno emprego já está mudando as relações salariais que desde sempre foram altamente concentradoras de renda com níveis baixos de rendimentos dos trabalhadores, geradoras de altíssimas taxas de lucros, engendrando um regime de crescimento econômico puxado por lucros (*profit-led*). E mais ainda, que o aumento contínuo do nível de rendimento do trabalho foi uma das bases de sustentação do crescimento econômico recente, puxado pela demanda (*wage-led*).

Com isso, pode-se estabelecer que o crescimento da renda do trabalhador observado nos últimos anos tem uma relação positiva com o aumento do nível de emprego na economia brasileira por meio de seus efeitos sobre a demanda agregada e, conseqüentemente, sobre a qualidade das ocupações no mercado de trabalho.

Com essa premissa estabelece-se no gráfico 01 o nível de renda do trabalho principal para os quatro grupos pesquisados (agrícola urbano, não agrícola urbano, não agrícola rural e agrícola rural). Pode-se observar que os anos 2000 guardam aumento significativo do nível de renda do trabalhador seja qual for o grupo considerado como pode ser visto pelas tendências crescentes dos padrões de rendimento pesquisados no gráfico 01.

GRÁFICO 1: Brasil - Crescimento do Rendimento Médio do Trabalho, 2002 a 2011



Fonte: IPEADATA.

O crescimento médio dos rendimentos do trabalho nos estados pesquisados nesse período foi de 9,08% ao ano, sinalizando uma clara política de valorização do rendimento do trabalho no Brasil nesse período. O efeito renda-qualidade que se espera verificar aqui é que o crescimento da massa de renda possa estimular a demanda agregada e que essa expansão induza um processo de custo de oportunidade contribuindo para que os trabalhadores abandonem o posto de trabalho de menor remuneração e qualidade em detrimento de remuneração mais elevada e qualidade superior.

Todas as faixas de remuneração apontam uma tendência crescente. No entanto, é no emprego agrícola, seja rural ou urbano, que a tendência de crescimento é maior. Os rendimentos desses grupos cresceram ao longo dos anos 2000 a uma taxa de 12,77% e 12,0%

ao ano, respectivamente. Sendo que o emprego não agrícola urbano que apresenta a maior faixa de renda cresceu a 8.67% ao ano com um crescimento ou pouco mais robusto do emprego não agrícola rural (10.28%). Há, portanto, uma redução da distância do padrão de rendimento do emprego não agrícola urbano em relação aos outros grupos. Porém, essa diferença ainda é bastante grande, isso porque o emprego agrícola rural, não obstante o seu maior crescimento ainda tem o menor nível de rendimento, representando somente 44.3% do emprego não agrícola urbano, detém o maior nível de renda.

Há, pois, um processo de convergência do nível de rendimentos nos mercados de trabalho pesquisado. Isso induz também uma possível convergência do nível de qualidade das ocupações nesses mercados. Porém, as diferenças entre os padrões de rendimento ainda são grandes o que também induz que os padrões de qualidade do emprego também sejam.

No anexo, encontra-se o nível de rendimento médio do trabalho principal em 2011 segundo as unidades da federação. No caso do emprego agrícola rural, os estados que apresentam os melhores coeficientes de rentabilidade do trabalho são aqueles onde estão instalados o complexo agropecuário brasileiro. As primeiras posições são ocupadas pelos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Goiás, Paraná, Distrito Federal e Rio Grande do Sul, nessa ordem. Na outra ponta, os estados que detém as piores posições são os nove estados da Região Nordeste. No caso do Ceará, unidade que apresenta o pior nível de rendimento do trabalho agrícola em 2011, a proporção do proveito de trabalho agrícola rural só representa 32.5% do rendimento do Mato Grosso. Isso mostra que ainda há uma enorme heterogeneidade setorial e espacial nas estruturas de proveito de trabalho no Brasil. A lógica é que essa assimetria também se verifique no índice de qualidade do emprego a ser apresentado a seguir.

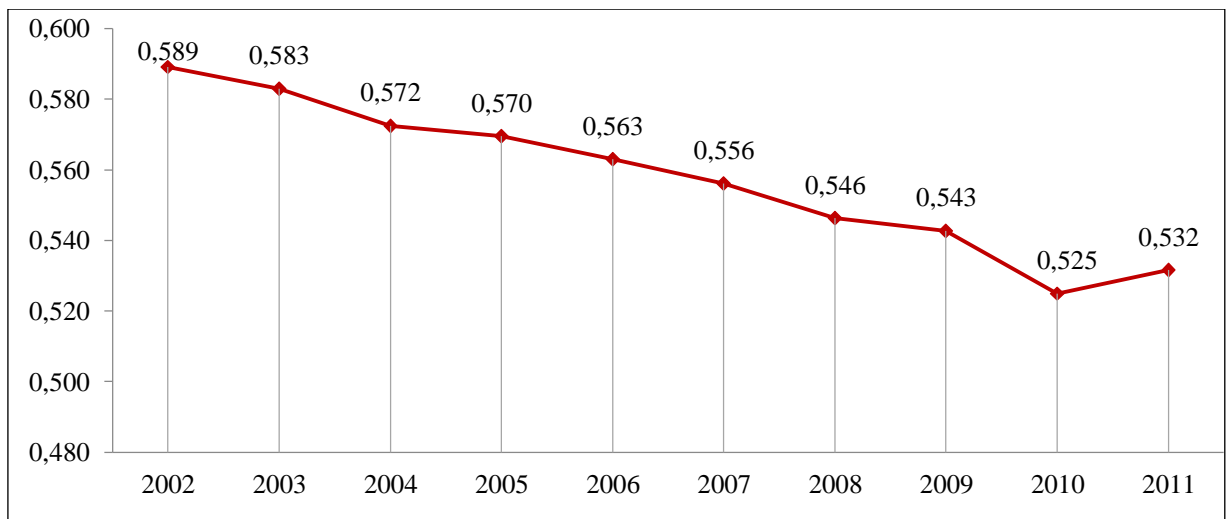
Essa mesma discrepância também se verifica para o emprego não agrícola urbano, em que os melhores níveis de produto do trabalho são recebidos nos estados com maior importância no complexo urbano industrial. Os estados do Distrito Federal, São Paulo, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul, Rio Grande de Sul e Paraná são, nesta ordem, os estados onde o nível de rendimento é mais elevado. Mais uma vez os nove estados da Região Nordeste ocupam as piores posições.

No caso dos grupos mistos – o emprego agrícola urbano e não agrícola rural – eles reproduzem padrões semelhantes aos grupos principais reproduzindo em maior ou menor grau os mesmos padrões de dissimetrias e heterogeneidades.

O gráfico 02 retrata a evolução do índice de Gini da renda brasileira nos anos de estudo da pesquisa. Se se considerar aqui tal indicador como uma medida de dispersão dos

rendimentos, as conclusões a que podemos chegar é que a princípio houve uma melhora significativa na distribuição da renda. A elevação contínua dos salários, vista anteriormente, os programas de transferência de renda e inflação relativamente estável são alguns dos fatores que explicam esse novo comportamento do padrão de rendimentos da economia brasileira. Espera-se que esse comportamento no processo de distribuição de renda se reflita nos níveis de qualidades das ocupações induzindo uma maior sofisticação do mercado de trabalho ampliando os ganhos do fator trabalho no processo produtivo. A esperança do sinal para essa variável, portanto, é que ele seja negativo e que a melhor distribuição de renda acabe por beneficiar o fator trabalho e aumente seu nível de qualidade.

GRÁFICO 2: Brasil - Evolução do Índice de Concentração de Renda Gini.



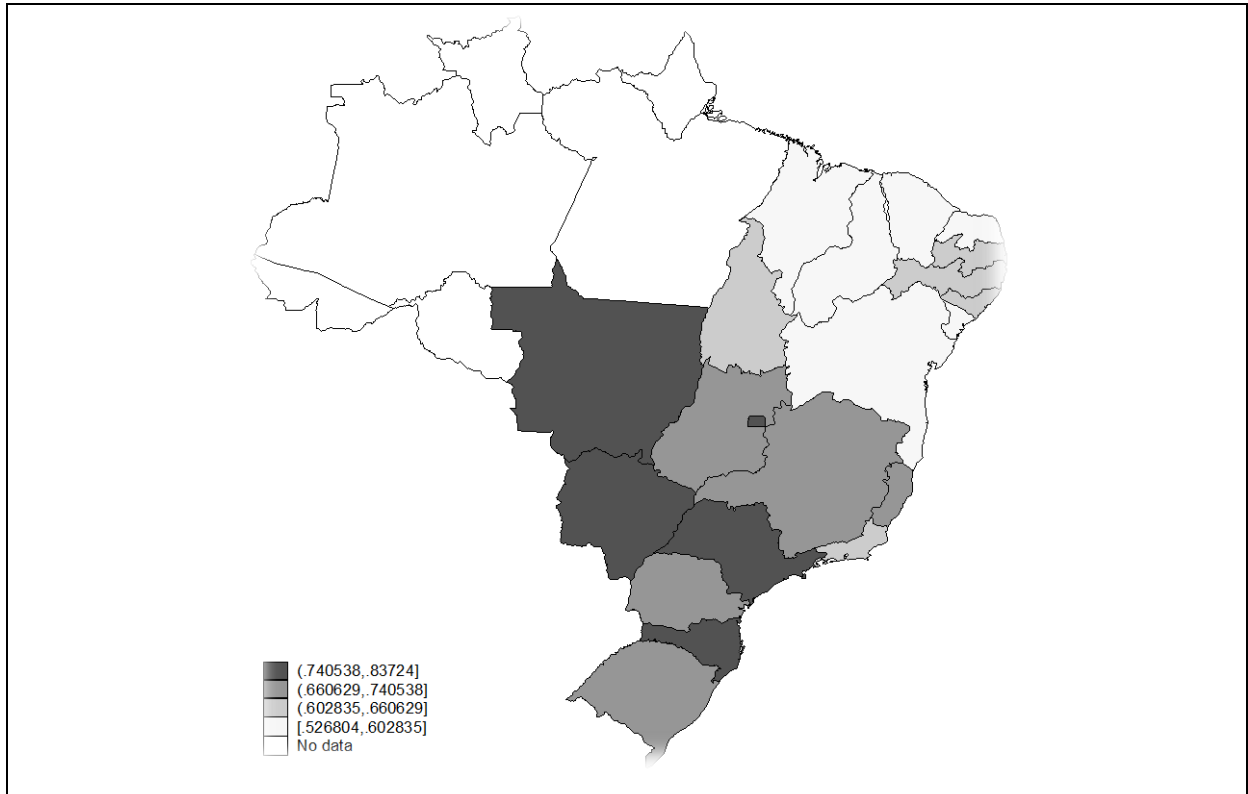
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

As observações para os estados (apêndice) mostram que, de maneira geral, houve reduções expressivas do coeficiente entre 2002 e 2011. As maiores reduções do índice de Gini foram verificadas no Nordeste. Muito embora, estados como o Paraná também tenha apresentado uma redução significativa (17.8%). Logo, o processo de desconcentração da renda verificado no panorama nacional também se verifica em nível regional especialmente nas regiões onde o nível de renda é melhor.

A seguir são apresentados os índices de qualidades das ocupações para as unidades federativas. Com relação ao primeiro mapa que trata do emprego agrícola urbano, nota-se que os melhores níveis de qualidade estão presentes nos estados do centro sul do Brasil, com destaque para a Região Centro-oeste (especialmente Mato Grosso e Mato Grosso do Sul), que

junto com São Paulo, Santa Catarina e o Distrito Federal detém os melhores padrões de qualidade do emprego agrícola urbano no Brasil.

Figura 1: Qualidade das ocupações agrícolas urbanas, 2011.



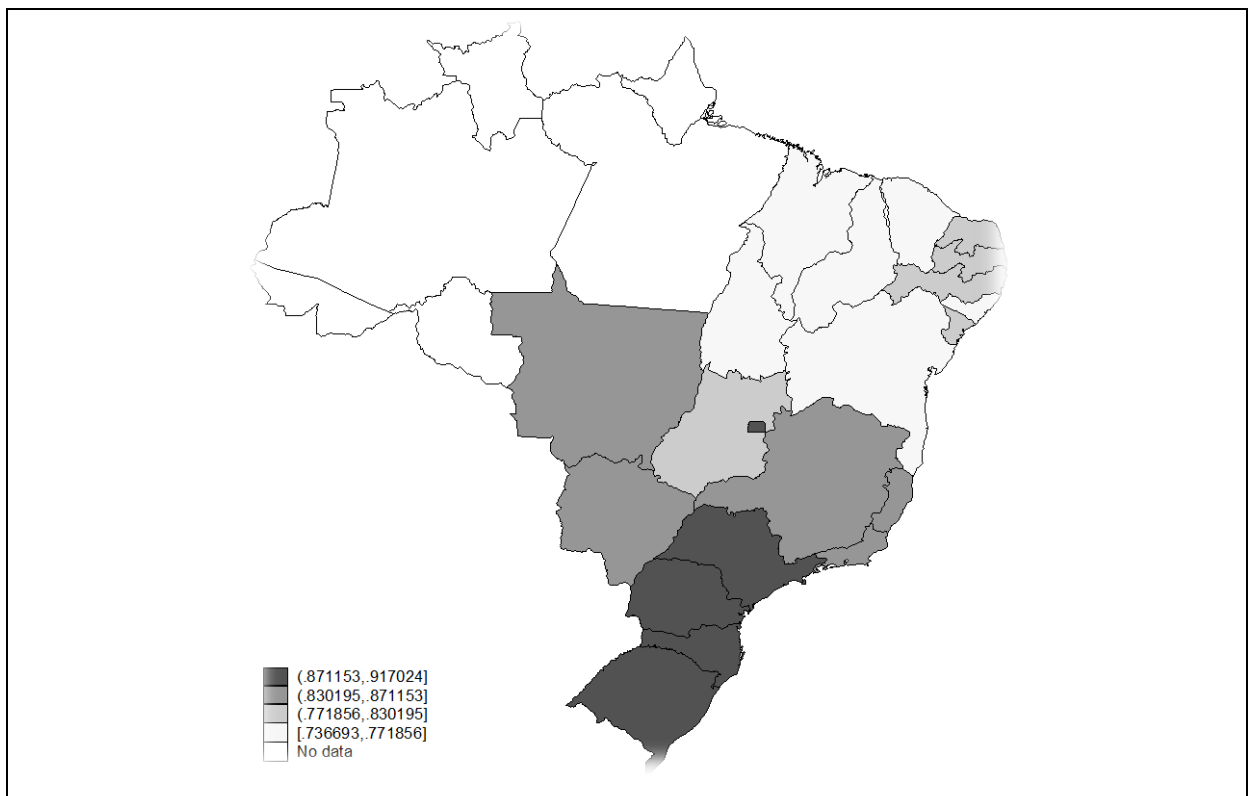
Fonte: Elaboração dos Autores.

Investimentos realizados principalmente nos anos de 1970 permitiram a expansão da fronteira agrícola brasileira para as regiões Sul e Centro-oeste que passaram a desempenhar importante papel na economia brasileira ao consolidar um modelo bem sucedido baseado num sistema agroexportador. A modernização das atividades agrícolas nessas regiões do Brasil permitiu se alcançar níveis bem mais elevados de produtividade que somados ao nível de urbanização da região permitiu o desenvolvimento de uma massa produtiva alinhadas à ótica do agronegócio. Os reflexos desse sistema em termos de qualidade das ocupações são níveis bem mais elevados das condições do trabalho agrícola em relação às demais regiões brasileiras como pode ser observado na figura 01.

A Região Centro-oeste se destaca no cenário do emprego agrícola. Seus níveis de qualidades em termos de emprego não agrícola são menores. As regiões Sul e Sudeste que apresentam um maior desenvolvimento urbano-industrial são as áreas onde o emprego não agrícola urbano tem as melhores condições.

A Região Nordeste, embora tenha apresentado avanços em relação ao início da série, ainda apresenta resultados mais baixos quando comparada às demais regiões do país. O menor nível de modernização das atividades econômicas, seja agrícola ou não agrícola, insere o Nordeste num cenário relativamente precário em termos de desenvolvimento e sofisticação do mercado de trabalho.

Figura 2: Brasil - Qualidade das ocupações não agrícolas urbanas, 2011



Fonte: Elaboração Própria.

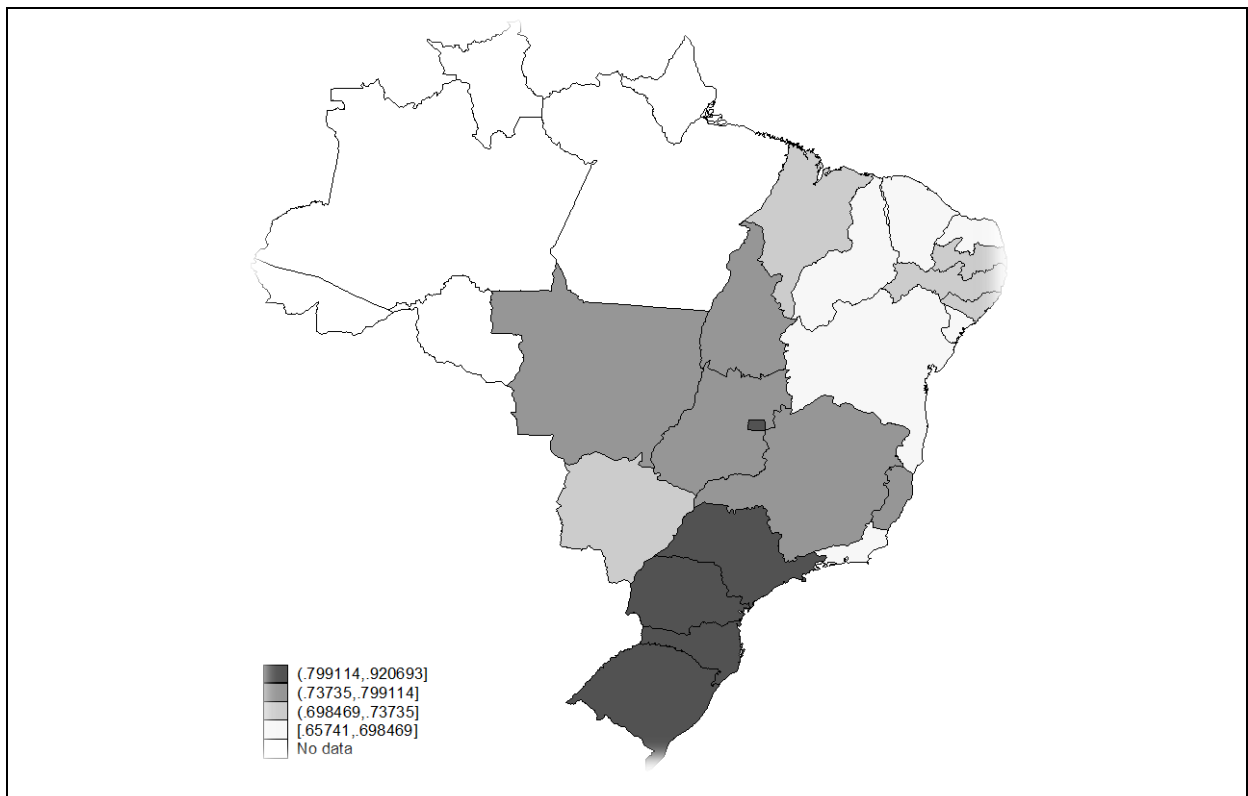
Mesmo em estados do Nordeste onde o nível de atividade econômica é mais intenso, como é caso da Bahia, o nível de desenvolvimento do mercado de trabalho não é tão elevado. Tornando a região carente de dispositivos que induzam a sofisticação das relações de trabalho. Pois mesmo o emprego não agrícola urbano que geralmente concentra os melhores padrões de qualidade não são um destaque na região.

A redução do emprego agrícola não implicou uma redução significativa da população rural no Brasil dos anos 2000. Isso porque os indivíduos antes ocupados em atividades agrícolas passam a buscar postos de trabalho com melhores condições no mercado de trabalho não agrícolas sem, contudo, se desvincular do meio rural. Com isso, o emprego não agrícola rural representa uma espécie de “intermediário” entre o emprego não agrícola urbano e

emprego agrícola rural com padrões de qualidade maiores que esse último e menor que o primeiro.

Na análise regional os estados da Região Sul junto com São Paulo e o Distrito Federal apresentam os melhores níveis. Mais uma vez as condições de desenvolvimento das atividades não agrícolas nesses estados permitem um melhor “entrelaçamento” entre atividade não agrícola e o meio rural, dado que a melhor dinâmica e envergadura das atividades econômicas desenvolvidas ali produzem relações de trabalho mais sofisticadas se comparadas às outras áreas do país.

Figura 3: Brasil - Qualidade das ocupações não agrícolas rurais, 2011



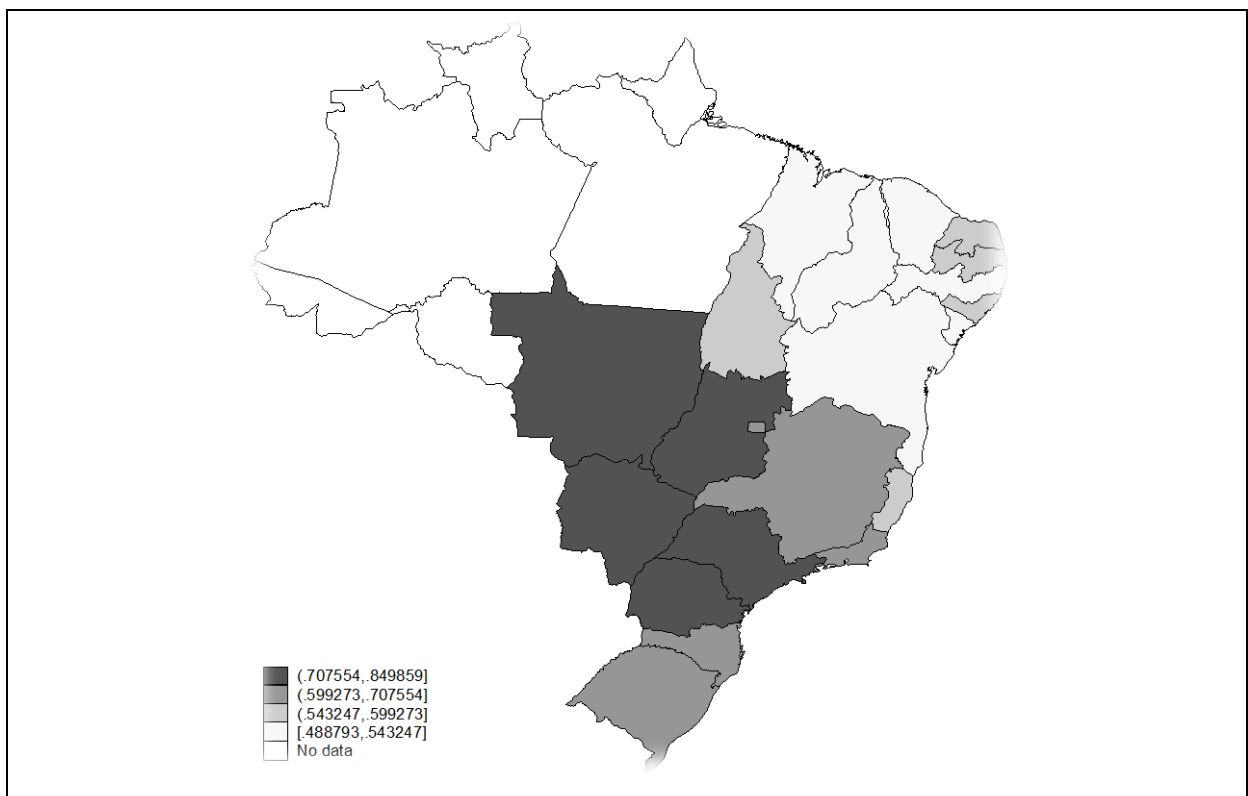
Fonte: Elaboração Própria.

No último da série de mapas apresentados aqui, ilustra-se o caso do emprego agrícola rural. Mais uma vez, os melhores padrões de qualidade do emprego agrícola estão concentrados em regiões onde o nível de desenvolvimento da agricultura é mais elevado. Assim, as atividades agrícolas tradicionais compõem um palco onde se desenrola relações de trabalho mais precárias que as da moderna agricultura do centro-sul do país. Os grandes estados produtores de grãos concentram as melhores taxas de qualidade do emprego. Com isso, o sistema agroexportador do centro-sul se sobressai não só em termos de capacidade

produtiva, mas também ao oferecer relações trabalhistas melhores daquelas encontradas em ocupações essencialmente agrícolas e mais tradicionais.

Os resultados apresentados até agora mostram um país com importante heterogeneidade e assimetria no seu mercado de trabalho, tanto em termos setoriais como espaciais. O complexo econômico do centro-sul implica numa estrutura laboral bem mais sofisticada em termos de qualidade que a Região Nordeste, onde os avanços são sentidos mais fortemente. Porém, ainda insuficientes para corrigir os atrasos em relação às demais regiões brasileiras.

Figura 4: Brasil - Qualidade das ocupações agrícolas rurais



Fonte: Elaboração Própria.

A rápida caminhada do Brasil para o capitalismo industrial reforçou os contornos do mercado de trabalho extremamente assimétrico e desconectado. No início dos anos 1960, esses paradigmas induziram uma forte migração do campo para as cidades culminando com uma percepção de esvaziamento das áreas rurais. A nova configuração do mercado de trabalho agrícola/não agrícola marcada por heterogeneidades estimula uma dinâmica migratória diferente agora em termos setoriais e não espaciais como outrora.

Os dados acima também ajudam a compreender que as regiões menos conectadas ao padrão agroindustrial brasileiro esboçam um grupo de trabalhadores nômades (seja em termos

espaciais e/ou setoriais), fruto do desemprego e do subemprego crônico como um fenômeno específico da formação econômico-social dessas regiões e do Brasil. Esse fluxo de migração mista é inerente do modelo de crescimento econômico dualista que marcou a trajetória de desenvolvimento do Brasil. Um grande número de trabalhadores imersos num sistema tradicional e precário de produção com baixa produtividade e nas regiões mais pobres estimula uma transferência de mão de obra para o setor moderno, onde a produtividade do trabalho é maior.

Neste cenário, vale ressaltar a falta de oportunidade da população rural das regiões mais pobres no acesso à terra, e a resistência do latifúndio à constituição de uma população camponesa, além de apresentar formas de gestão capitalistas mais atrasadas com seus reflexos no campo de mercado de trabalho.

Staduto e Kreter (2010) parafraseando Lewis (1969) destacam ainda que nos países em desenvolvimento a oferta de mão de obra é ilimitada, o que contribui para o pagamento de baixos salários – e, conseqüentemente, para o aumento dos lucros do setor tecnificado. Um dos pontos mais polêmicos do seu modelo é a pressuposição de que o produto marginal do trabalho na agricultura dos países em desenvolvimento é zero, ou mesmo negativo. Desta forma, ele pressupõe que no setor agropecuário deve ocorrer desemprego disfarçado, que acaba contribuindo, no curto prazo, para o abastecimento de mão de obra no setor urbano-industrial.

Na tabela 9 apresenta-se o índice de qualidade do emprego adotado nesta pesquisa para os grupos de ocupação no Brasil. A princípio, uma primeira informação que se pode intuir é o elevado grau de desenvolvimento de mercado de trabalho não agrícola em relação às atividades essencialmente agrícolas, como já se estava previsto. Essa segunda forma de atividade só representa algo em torno de 75% do nível de qualidade da primeira. No entanto, muito embora se tenha uma certa diferença, registra-se avanços importantes em relação a 2002 onde as atividades primárias só representavam cerca de 50% do nível de qualidade das ocupações não agrícolas.

Essa evolução no quadro das ocupações agrícolas está relacionada ao concomitante desenvolvimento agrícola neste período. A consolidação dos complexos do agronegócio no centro-sul e avanço da fruticultura alinhada à lógica de produção capitalista no Nordeste, bem como o estado de semiletargia do setor industrial são dispositivos que ajudam a explicar esses resultados.

No entanto, mesmo com os avanços verificados, o emprego agrícola ainda detém o pior nível entre as categorias pesquisadas (0.670) colocando os trabalhadores agrícolas numa

posição inferior aos demais setores. Isso também mantém acionado os dispositivos que induzem às transferências setoriais de mão de obra do mundo agrícola para o não agrícola.

No caso do trabalho rural, ainda se denota diferenças importantes entre a qualidade nas duas esferas ainda que essas assimetrias tenham se reduzindo ao longo dos anos. No caso do trabalho agrícola rural, por exemplo, o nível de qualidade em 2002 representava 83.1% do seu correspondente urbano. Em 2011, essa proporção já representava 87.8%. Isso ajuda a diminuir a tendência de migração espacial observada em anos anteriores.

Tabela 9: Brasil - Taxas de qualidade do Emprego segundo categorias de Ocupação

Formas de Ocupação	2002	2011*	Taxa de Crescimento
Agrícola Urbano	0.277	0.763	11.93%
Não Agrícola Urbano	0.458	0.886	7.61%
Não Agrícola Rural	0.360	0.812	9.46%
Agrícola Rural	0.230	0.670	12.61%

Fonte: Elaboração própria.

Nota(*): Embora os dados para as áreas rurais da Região Norte já estejam disponíveis para 2011, não se considera-os aqui com o intuito de se preservar a possibilidade de comparação. Logo, o índice para 2011 representa o nível de qualidade médio do mercado de trabalho brasileiro sem os estados da Região Norte a exceção de Tocantins.

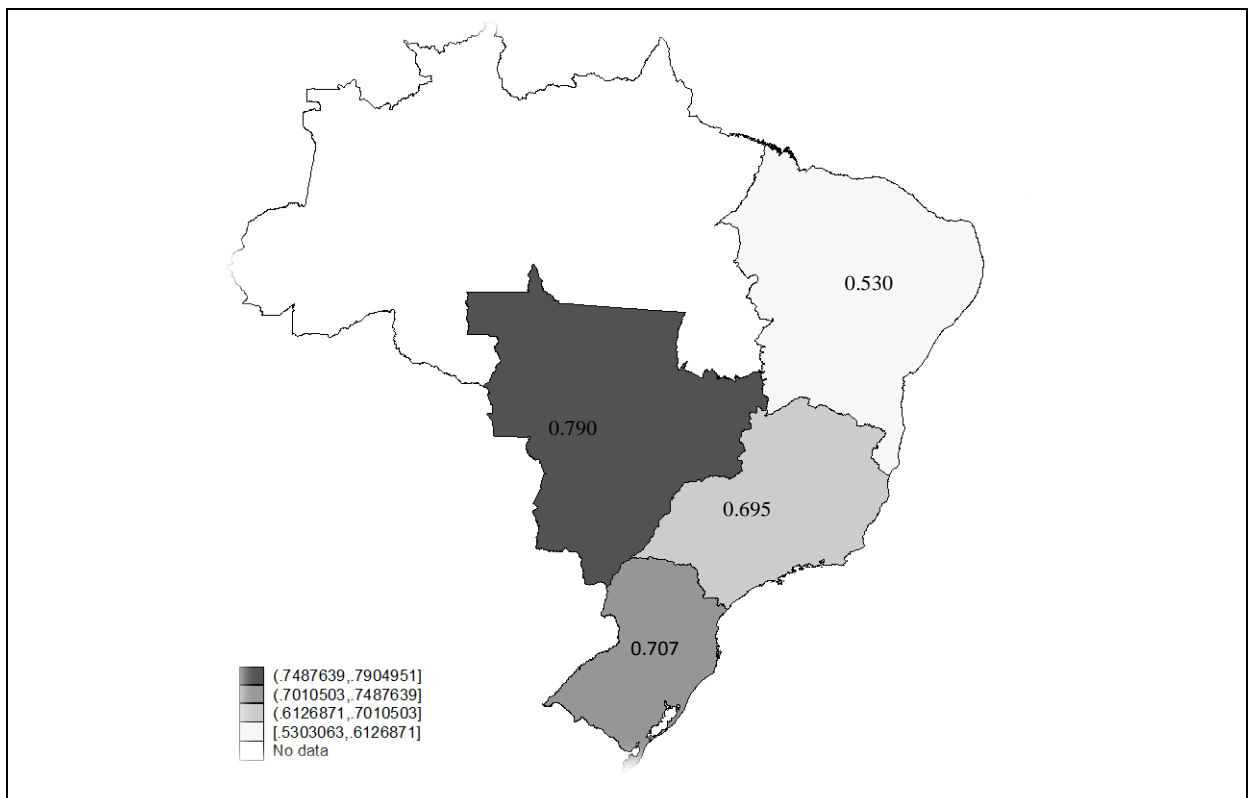
No interior do próprio mercado de trabalho rural a diferença entre ocupações agrícolas e não agrícola também é visível. A taxa de qualidade do emprego não agrícola (0.812) é bem maior que o emprego agrícola (0.670). A ideia que podemos construir a partir dessa informação é que a migração setorial dentro do próprio mercado de trabalho rural contribui para melhorar os níveis de qualidade das ocupações, à medida que essas têm formas de contratação de mão de obra em melhores condições que as atividades agrícolas. Logo, a pluriatividade de ocupação no campo pode se constituir uma via de alternativa para uma nova divisão do trabalho, induzindo a promoção do trabalho decente e se constituindo como um dispositivo de combate à pobreza rural.

Os estímulos competitivos dos setores por mão de obra criam incentivos para que o emprego agrícola evolua em termos de qualidade para competir com os setores industrial e de serviços. Além das reduções em termos de proporção apresentadas acima, esse movimento pode ser percebido pela taxa de crescimento do emprego agrícola. Tanto no meio urbano quanto rural o ritmo de crescimento dessa categoria foi expressivo e superior às demais. A ideia envolvida aqui é de que ao se modernizar as atividades agrícolas exigem mão de obra mais qualificada com melhores padrões de contratação. Um outro princípio, é que ao liberar

mão de obra em condições precárias, o setor agrícola preserva apenas as ocupações de melhor nível.

O mapa abaixo agrupa as grandes regiões brasileiras segundo o índice de qualidade das ocupações. É possível se perceber que as regiões Sul e Sudeste apresentam índices relativamente elevados e muito próximos entre si, contrastando com a Região Nordeste que apresenta um índice relativamente baixo (0.530). Porém, a Região Centro-oeste onde se encontra um sistema vital para a formação do complexo agropecuário do Brasil, apresenta um índice muito elevado e superior às demais regiões.

Figura 5: Brasil - Qualidade das ocupações segundo grandes regiões, 2011.



Fonte: Elaboração Própria.

Na tabela 10 são apresentados os índices de qualidade do emprego das atividades não agrícolas para os trabalhadores rurais. Com exceção dos serviços de transporte, armazenagem e comunicação que apresentam o melhor nível de qualidade, as demais atividades que ocupam as primeiras posições são essencialmente industriais. O mercado de trabalho industrial tende a apresentar, de maneira geral, formas de contratação mais formalizadas que o setor de serviços onde o nível de informalização é maior. Por essa ótica, o aumento da industrialização do campo, por meio de um processo de formação dos chamados complexos

agroindustriais, pode ser a melhor via para se equiparar em termos de qualidade os mercados de trabalho rural e urbano.

Todas as atividades industriais em seu conjunto representam cerca de 20% do mercado de trabalho não agrícola rural. Embora concentre uma parcela importante do mercado de trabalho rural, as atividades industriais estão longe de se equiparar em termos de proporção às atividades ligadas aos serviços e construção. Esses segmentos absorvem 79.7% do mercado de trabalho não agrícola rural. O elemento importante nesta informação diz respeito ao emprego no setor de serviços o qual, em geral, é mais precário que o emprego industrial. O transbordamento das dinâmicas urbanas para o campo pode ter efeito limitado ou simplesmente reproduzir no mercado de trabalho rural os mesmos desequilíbrios verificados no trabalho urbano.

Tabela 10: Brasil - Índice de Qualidade das Ocupações não Agrícolas rurais, 2011

POSIÇÃO	ATIVIDADE	ÍNDICE	Número de trabalhadores	(%)
1	Transporte, armazenagem e comunicação	0.797	126,964	4.5
2	Indústria de transformação	0.788	511,470	18.3
3	Outras atividades industriais	0.774	54,064	1.9
4	Educação, saúde e serviços sociais	0.770	462,408	16.5
5	Administração pública	0.758	277,721	9.9
6	Comércio e reparação	0.731	339,985	12.2
7	Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	0.731	41,329	1.5
8	Construção	0.723	301,708	10.8
9	Alojamento e alimentação	0.624	109,683	3.9
10	Serviços domésticos	0.474	570,733	20.4

Fonte: Elaboração Própria.

Um exemplo do que é comentado acima é o caso da categoria dos serviços domésticos que emprega 20.4% do emprego não agrícola rural, mas apresenta um índice de qualidade de emprego muito baixo a saber, 0.474, que impede que os trabalhadores rurais tenham índices de qualidade das ocupações mais elevados. A presença de elementos precários nesse segmento é evidente. Nesse caso, a ampliação das atividades urbanas não teria grandes efeitos em termos de modificações na estrutura do mercado de trabalho rural. No sentido oposto, encontram-se os serviços de Educação, saúde e serviços sociais. Essa categoria apresenta índice mais elevado, dando a entender que a ampliação dos serviços sociais básicos ao campo pode ter efeitos de imediato no mercado de trabalho rural por meio.

A seguir, apresenta-se um grupo de tabelas que contém os indicadores parciais de qualidade para as regiões brasileiras. A Tabela 11 refere-se a Região Nordeste. Em relação a

primeira variável – proporção de trabalhadores com mais de 15 anos – nota-se que o nível de trabalho infantil é mais presente no meio rural, especialmente no trabalho agrícola, pois 2.2% da mão de obra tem menos de 15 anos de idade. No caso do trabalho agrícola urbano e não agrícola urbano essa proporção é de 1.1% e 1.8% respectivamente. Chama atenção a diferença entre o trabalho agrícola urbano e rural. Ainda que sendo o mesmo segmento, o fato dos trabalhadores serem residente no meio urbano faz com que a proporção do trabalho infantil seja menor.

Ainda sobre o trabalho infantil, registra-se que a Região Nordeste apresenta as maiores taxas de trabalho infantil em todas as quatro categorias contempladas nesta pesquisa, que sinaliza o maior nível de precarização das relações de trabalho nesta região.

Tabela 11: Nordeste - Índice de Indicadores Parciais

NORDESTE	Agrícola Urbano	Não Agrícola Urbano	Não Agrícola Rural	Agrícola Rural
Idade	0.982	0.989	0.980	0.978
Horas Trabalhadas	0.622	0.736	0.752	0.704
Carteira	0.320	0.626	0.472	0.157
Previdência	0.337	0.682	0.585	0.168
Rendimento Médio	R\$ 482.83	R\$ 952.46	R\$ 596.94	R\$ 383.10
Salário	0.215	0.524	0.365	0.124

Fonte: Elaboração Própria.

Com relação a segunda variável – proporção de trabalhadores com até 44 horas semanais de trabalho – que visa captar os indícios da presença de trabalho excessivo, a Região Nordeste aparece como a região brasileira com menor proporção de trabalho excessivo em três das quatro categorias, mesma estrutura do mercado de trabalho no Nordeste mais marcado pela presença da informalidade, tendo em vista que a terceira variável – proporção de trabalhadores com carteira assinada – sendo bem menor no Nordeste do que nas outras regiões. Aliás, nesse quesito o nível formalização do trabalho agrícola rural da região é apenas 15.7% bem inferior ao das demais regiões brasileiras. Somente o emprego não agrícola urbano apresenta mais da metade de sua mão de obra formalizada.

O Nordeste apresenta também as maiores assimetrias entre os trabalhadores agrícolas e não agrícolas nesta variável, sendo o segundo muito mais formalizado que o primeiro. Essa assimetria também se verifica entre o trabalho rural e urbano. No caso de trabalho agrícola, por exemplo, os que são residentes em cidade têm um nível de formalização mais que o dobro dos seus correspondentes rurais. Indicando que a migração setorial ou espacial, no caso do Nordeste, representa uma modificação importante nas relações de trabalho.

Essa mesma argumentação também vale para a quarta variável – proporção de trabalhadores que contribuíam para institutos de previdência – onde também é possível notar que o acesso os meios de previdência social são mais universalizados no espaço urbano e também não agrícola, carecendo de mais instrumentos de disseminação dos direitos previdenciários o meio rural e também agrícola.

No tocante ao nível de rendimento médio do trabalho também se sobressai os desníveis entre agrícola e não agrícola e entre rural e urbano. O rendimento do emprego agrícola rural, por exemplo, só chega a 40% do rendimento médio do emprego não agrícola urbano.

As diferenças em termos regionais também não bastantes críticas. O Nordeste tem as piores faixas de remuneração média entre todas as regiões brasileiras pesquisadas em todas as categorias. A média de rendimento do trabalho agrícola rural em relação a mesma categoria na Região Centro-oeste, por exemplo, não chega a 40% desse último. Sobre a percepção de salários mínimos, quinto indicador parcial – proporção de trabalhadores com mais de um salário mínimo – a realidade é bastante semelhante.

De forma geral, a estrutura do mercado de trabalho no Nordeste se mostra bastante desconectada. A princípio, a integração dos mercados de trabalho na região é menor que as verificadas para os demais espaços nacionais. As práticas de agricultura mais tradicional de subsistência não têm tantos pontos de conexão com o setor urbano não agrícola. Evita-se, assim, um rápido processo de convergência das estruturas do mercado de trabalho dada a ausência de modernização e articulação agrícola da região, o que contribui não só para a formação mais também para a manutenção de padrões de assimetrias profundas nos mercados de trabalhos, verificados nas análises sobre o índice de qualidade do emprego e seus indicadores parciais mostrados até aqui.

A seguir são apresentados os mesmos indicadores parciais agora para a Região Sudeste. A percepção de trabalho infantil nas áreas urbanas da região é muito baixa. A proporção de trabalhadores com menos de 15 anos de idade é menor que 1% no trabalho urbano. No caso do trabalho agrícola, em ambos os casos o nível de trabalhadores com 15 anos é de certa de 1.2%.

As diferenças em temas de segmentos agrícolas e não agrícola também está presente no número de horas trabalhadas com uma diferença bastante razoável entre os dois setores, sendo encontrado no trabalho agrícola jornadas mais excessivas.

A cobertura de formalização medida pela proporção de trabalhadores com carteira assinada e contribuição para institutos de previdência são mais elevadas no mercado de

trabalho urbano em relação ao trabalho rural e agrícola e em relação a outras regiões do país, devido a complexidade e dinamicidade do sistema urbano-industrial do Sudeste.

Com relação a ideia de rendimentos captadas pelo nível de rendimento médio e proporção de trabalhadores com mais de um salário mínimo, a situação da Região Sudeste se enquadra no perfil esperado para o complexo econômico do Centro-Sul do Brasil com níveis mais elevados de rendimentos em relação ao Nordeste.

Cabe destacar aqui que muito embora a Região Sudeste tenha uma importante dinamicidade agrícola, essa estrutura de mercado quando comparada a não agrícola ainda apresenta certos níveis de heterogeneidade, o mesmo se verificando para os espaços urbanos e rurais da região.

Tabela 12: Sudeste - Índice de Indicadores Parciais

SUDESTE	Agrícola Urbano	Não Agrícola Urbano	Não Agrícola Rural	Agrícola Rural
Idade	0.995	0.993	0.988	0.988
Horas Trabalhadas	0.516	0.726	0.755	0.515
Carteira	0.621	0.781	0.613	0.466
Previdência	0.644	0.819	0.678	0.492
Rendimento Médio	R\$ 856.86	R\$ 1 401.04	R\$ 792.62	R\$ 694.49
Salário	0.666	0.831	0.598	0.499

Fonte: Elaboração Própria.

No entanto, aqui esses padrões de assimetrias são menores que os encontrados no Nordeste, por exemplo, pois dada a maior complexidade da estrutura agrícola da região o nível de conexão com o mundo urbano é maior. Produz-se, assim, um dispositivo de dependência mútua entre urbano e rural que acelera o processo de convergência da qualidade das ocupações verificado pelos índices mais próximos entre as duas esferas, muito embora essas diferenças ainda existam.

No caso da Região Sul, em termos de percepção do trabalho infantil, essa região apresenta a segunda pior proporção de trabalhadores com menos de 15 anos engajados na agricultura, perdendo apenas para o Nordeste. Isso se deve a estrutura social e econômica do Sul do Brasil com um grande número de pequenas propriedades rurais onde as práticas de trabalho infanto-juvenil são mais comuns. No caso de trabalho infantil no meio urbano, a região apresenta índices consonantes com o conjunto das regiões do Centro-Sul.

A jornada de trabalho do proletariado não agrícola urbano da Região Sul tem a menor proporção de carga de trabalho excessiva entre as regiões pesquisadas, 22.3% dos trabalhadores desse grupo na Região Sul tem jornadas de trabalho superiores a 44 horas

semanais, em oposição ao Sudeste onde o excesso de trabalho atinge 27.4% dos trabalhadores em seu posto de trabalho principal. O Sul também apresenta a menor jornada de trabalho do proletariado não agrícola rural com 23.7% de sua massa de operários trabalhando mais de 44 horas por semana.

Sobre cobertura da formalização, a Região Sul tem o melhor nível de formalização do mercado de trabalho não agrícola, seja ele urbano ou rural (79.5% no primeiro caso e 74.1%). Isso também vale para a contribuição para os institutos de previdência, pois é no mercado de trabalho não agrícola da região onde ela é mais universalizada.

Tabela 13: Sul - Índice de Indicadores Parciais

SUL	Agrícola Urbano	Não Agrícola Urbano	Não Agrícola Rural	Agrícola Rural
Idade	0.988	0.990	0.988	0.986
Horas Trabalhadas	0.522	0.777	0.763	0.540
Carteira	0.520	0.795	0.741	0.436
Previdência	0.546	0.831	0.782	0.503
Rendimento Médio	R\$ 774.02	R\$ 1 301.21	R\$ 891.10	R\$ 704.34
Salário	0.648	0.848	0.787	0.560

Fonte: Elaboração Própria.

Porém, quando se observa o nível de rendimento do emprego urbano, o Sul apresenta a segunda menor taxa de rendimento seja no emprego agrícola ou não agrícola, perdendo apenas para o Nordeste. Em contraste, o emprego rural apresenta o segundo melhor padrão de rendimento das regiões pesquisadas. Muito embora, o emprego agrícola rural só represente apenas 54.1% do nível de rendimento médio do emprego não agrícola urbano. Já em relação a proporção de trabalhadores com remuneração acima de um salário mínimo, o mercado de trabalho não agrícola urbano do Sul tem o melhor índice de pessoas com remuneração de pelo menos um salário mínimo. Essa posição também é sustentada no mercado de trabalho não agrícola rural, pois o Sul também detém o maior índice de trabalhadores com pelo menos um salário básico.

Na tabela a seguir se ilustra o caso da Região Centro-oeste. Nesta região está instalado um dos mais dinâmicos pólos agroexportadores do Brasil. As atividades agropecuárias desenvolvidas ali são, geralmente, parte de sistemas modelos de produção agrícola com altos índices de produtividades. O primeiro indicador parcial analisado nessa pesquisa – a proporção de trabalhadores com idade superior a 15 anos – para a Região Centro-oeste é mais alta no emprego agrícola rural, sinalizando que a exploração do trabalho infantil nos sistemas agrícolas da região foi praticamente superada.

Se por um lado não se registra uma proporção relevante em termos de trabalho infantil, não se pode dizer o mesmo sobre a percepção de exploração do trabalho. Isso porque, 61.8% dos trabalhadores agrícolas dessa região trabalham mais do que 44 horas semanais, colocando-a como a região do Brasil que apresenta o maior índice de sobre trabalho no país para o emprego agrícola rural.

Por outro lado, o Centro-oeste também possui a maior proporção de trabalhadores agrícolas rurais cobertos por sistemas de formalização do trabalho (62.5% de trabalhadores com carteira assinada e 64.5% com contribuição para institutos de previdência). Isso ajuda a explicar os melhores resultados dessa região em termos de qualidade das ocupações em relação aos outros espaços subnacionais.

Tabela 14: Centro-oeste - Índice de Indicadores Parciais

CENTRO-OESTE	Agrícola Urbano	Não Agrícola Urbano	Não Agrícola Rural	Agrícola Rural
Idade	0.991	0.989	0.987	0.992
Horas Trabalhadas	0.430	0.745	0.751	0.382
Carteira	0.534	0.724	0.576	0.625
Previdência	0.553	0.774	0.647	0.645
Rendimento Médio	R\$ 1 057.72	R\$ 1 497.91	R\$ 901.54	R\$ 931.71
Salário	0.757	0.777	0.559	0.764

Fonte: Elaboração própria.

Outro destaque da Região Centro-oeste é em relação as variáveis de rendimentos – nível de rendimento médio do trabalho principal e proporção de trabalhadores com remuneração acima de um salário mínimo. No primeiro caso, o Centro-oeste apresenta o maior nível de provimento do trabalho agrícola rural (R\$ 931.71) seguida da Região Sul. Além do melhor nível de remuneração, os trabalhadores agrícolas rurais do Centro-oeste também têm a proporção de pessoas com mais de um salário mínimo (76.4%).

A associação que podemos formular é que o maior nível de desenvolvimento agrícola encontrado nessa região do país é responsável por criar um mercado de trabalho agrícola bem mais sofisticado. Os altos índices de produtividade e rentabilidade das atividades agropecuárias suprimem as atividades agrícolas tecnologicamente atrasadas e, consigo, as relações de trabalho precário vividas aqui.

Essa seção analisou aspectos descritivos ligados a qualidade das ocupações no Brasil e em seus espaços subnacionais. Observamos que o emprego agrícola ainda apresenta taxas de qualidade, em geral, menores que os demais grupos pesquisados aqui. Pontua-se, ainda, que essa diferença se reduziu ao longo dos anos. Porém, ainda persistem padrões relevantes de

assimetria entre o emprego agrícola e não agrícola. Assim sendo, o processo de convergência das taxas de qualidade das ocupações se mostra lento para uma superação mais efetivas dessas heterogeneidades entre as quatro subdivisões do mercado de trabalho analisadas. Observam-se também profundas diferenças em termos de padrões de qualidade no mercado de trabalho entre as regiões brasileiras, sendo o Nordeste detentor de formas de trabalho mais precarizados em relação às demais regiões do país.

Na seção seguinte, serão analisados os resultados empíricos de avaliação do Índice de Qualidade do Emprego segundo o conjunto de condicionantes. A lógica envolvida é de que essa avaliação possa explicar as heterogeneidades vistas aqui.

6 ÍNDICE DE QUALIDADE DO EMPREGO: RESULTADOS EMPÍRICOS

Nesta seção são apresentados e discutidos os resultados do modelo econométrico apresentado na seção de aspectos metodológicos, que relaciona o índice de qualidade do emprego para os quatro grupos pesquisados, segundo uma cesta de variáveis que sintetizam alguns dos condicionantes da estrutura do mercado de trabalho brasileiro. Portanto, essa seção se organiza pela interpretação de quatro tabelas referentes às estimações das quatro equações propostas na seção de aspectos metodológicos. A estrutura de interpretação começa com os dados sobre emprego agrícola urbano, seguido pelo emprego não agrícola urbano, não agrícola rural e, por fim, o emprego agrícola rural.

Tabela 15: Resultados das estimativas dos Modelos de Mínimos Quadrados Ordinários, Efeitos Fixos e Mínimos Quadrados Generalizados para o Mercado de Trabalho Agrícola Urbano

Variáveis	Mínimos Quadrados Ordinários [A]			Modelo de Efeitos Fixos [B]			Mínimos Quadrados Generalizados [C]		
	Coef.	Estat. (t)	p-value	Coef.	Estat. (t)	p-value	Coef.	Estat. (t)	p-value
IQE _{it}	0.322	5.050	0.000	0.183	2.820	0.011	0.309	16.870	0.000
V. A. Agrícola	-0.008	-0.590	0.556	0.001	0.010	0.989	-0.074	-3.140	0.005
V. A. Não Agrícola	0.012	1.180	0.239	0.080	0.550	0.590	0.141	5.570	0.000
Renda Média	0.421	8.910	0.000	0.784	4.150	0.000	0.298	8.310	0.000
Índice de Gini	-0.186	-1.060	0.288	-0.188	-0.620	0.541	-0.559	-6.320	0.000
Escolaridade	1.524	4.960	0.000	-0.377	-0.540	0.597	1.407	8.730	0.000
Constante	-6.699	-8.360	0.000	-5.566	-5.510	0.000	-6.858	-23.950	0.000
Testes Estatísticos	F (6, 182) = 254.92			F(6, 20) = 150.06			F (6, 20) = 152.61		
	Prob > F = 0.000			Prob > F = 0.000			Prob > F = 0.000		
	R ² = 0.9046								
	Nº de observações = 189			Nº de observações = 189			Nº de observações = 189		
				Nº de grupos = 21			Nº de grupos = 21		
							Nº de Instrumentos = 19.4		
	H0: Ausência de Autocorrelação nos resíduos de primeira ordem						0.005		
	H0: Ausência de Autocorrelação nos resíduos de segunda ordem						0.870		
Teste de Hansen						0.310			

Fonte: Dados da pesquisa. Elaboração própria.

Na coluna [A] de cada tabela é apresentado o resultado das estimações por Mínimos Quadrados Ordinários (MQO); em [B] as estimativas do método de painel de efeito fixo que nesse modelo se mostra mais eficiente com relação ao método de painel de efeitos aleatórios, segundo o teste de Hausman em todos os quatro modelos estimados. E, por fim, em [C] são apresentadas as estimativas dos parâmetros por meio do sistema de Momentos Generalizado

(GMM). Como discutido anteriormente, esse método resulta de uma extensão do estimador original de Arellano-Bond (1991), proposta em Arellano-Bover (1995) e desenvolvida em Blundell-Bond (1998).

Como observado na segunda coluna de cada tabela, em [A], os valores dos coeficientes estimados da variável qualidade do emprego defasada em um período para os grupos de estudos pelo método dos Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) são, de fato, maiores do que os valores estimados na coluna [B] para essa mesma variável pelo método dos dados em painel de efeitos fixos. Sendo assim, se os instrumentos utilizados forem adequados, o valor do coeficiente dessa variável estimado pelo Método dos Momentos Generalizados deve ficar situado entre os limites dos coeficientes estimados pelos dois métodos anteriores. Os valores obtidos por esse método para essa variável na coluna [C] mostra que essa característica é satisfeita, indicando, assim, que o viés causado pela presença de variáveis endógenas no lado direito da regressão e efeitos fixos não observáveis foram corrigidos pelo Método dos Momentos Generalizados.

Tabela 16: Resultados das estimativas dos Modelos de Mínimos Quadrados Ordinários, Efeitos Fixos e Mínimos Quadrados Generalizados para o Mercado de Trabalho Não Agrícola Urbano

Variáveis	Mínimos Quadrados Ordinários [A]			Modelo de Efeitos Fixos [B]			Mínimos Quadrados Generalizados [C]		
	Coef.	Estat. (t)	p-value	Coef.	Estat. (t)	p-value	Coef.	Estat. (t)	p-value
IQE _{it-1}	0.436	7.020	0.000	-0.101	-1.130	0.273	0.609	4.940	0.000
V. A. Agrícola	0.015	2.750	0.007	-0.047	-3.130	0.005	0.011	1.540	0.139
V. A. Não Agrícola	-0.007	-1.500	0.135	0.101	1.140	0.266	-0.006	-1.070	0.296
Renda Média	0.205	6.420	0.000	0.797	7.900	0.000	0.145	3.160	0.005
Índice de Gini	-0.053	-0.680	0.498	-0.167	-1.380	0.183	-0.051	-0.340	0.738
Escolaridade	1.649	7.740	0.000	0.445	1.630	0.118	1.191	3.370	0.003
Constante	-5.420	-8.990	0.000	-7.745	-11.000	0.000	-3.862	-3.460	0.002
Testes Estatísticos	F (6, 182) = 576.65 Prob > F = 0.0000			F(6,20) = 714.39 Prob > F = 0.0000			F(6, 20) = 680.36 Prob > F = 0.000		
	R ² = 0.9554			Nº de observações = 189			Nº de observações = 189		
	Nº de observações = 189			Nº de observações = 189			Nº de observações = 189		
				Nº de grupos = 21			Nº de grupos = 21		
							Nº de Instrumentos = 21		
	H0: Ausência de Autocorrelação nos resíduos de primeira ordem						0.006		
	H0: Ausência de Autocorrelação nos resíduos de segunda ordem						0.517		
			Teste de Hansen			0.152			

Fonte: dados da pesquisa. Elaboração Própria.

Desse modo, entre os modelos apresentados nas tabelas a seguir, se optou pelos discriminados na coluna [C] de cada tabela. Os testes realizados, no sistema de Momentos Generalizados mostram que as propriedades estatísticas dos modelos são aceitáveis. O teste de Hansen testa os instrumentos utilizados e os instrumentos adicionais requeridos pelo sistema do Método de Momentos Generalizados (MMG-sistema) são válidos é satisfeito para os quatro modelos estimados aqui como pode ser verificado nas tabelas 15, 16, 17 e 18

Por último, incluem-se ainda os testes estatísticos de Arellano e Bond (1991) para avaliar a existência de autocorrelação de primeira e segunda ordem. Nota-se que a ausência de autocorrelação de segunda ordem é essencial para a consistência do estimador do Sistema Momentos Generalizados. O teste confirma a não rejeição de autocorrelação de primeira ordem, embora se rejeite a hipótese de autocorrelação de segunda ordem nos quatro modelos apresentados como esperado e conforme a literatura de dados em painel.

Tabela 17: Resultados das Estimativas dos Modelos de Mínimos Quadrados Ordinários, Efeitos Fixos e Mínimos Quadrados Generalizados para o Mercado de Trabalho Não Agrícola Rural

Variáveis	Mínimos Quadrados Ordinários [A]			Modelo de Efeitos Fixos [B]			Mínimos Quadrados Generalizados [C]		
	Coef.	Estat. (t)	p-value	Coef.	Estat. (t)	p-value	Coef.	Estat. (t)	p-value
IQE _{t-1}	0.169	2.890	0.004	0.110	2.340	0.030	0.135	3.540	0.002
V. A. Agrícola	0.003	0.320	0.747	0.047	1.520	0.145	-0.001	-0.170	0.869
V. A. Não Agrícola	-0.001	-0.110	0.916	-0.237	-2.750	0.012	0.000	0.020	0.981
Renda Média	0.501	14.260	0.000	1.003	15.110	0.000	0.525	32.970	0.000
Índice de Gini	-0.309	-2.560	0.011	-0.142	-0.730	0.477	-0.330	-2.460	0.023
Escolaridade	0.507	5.420	0.000	0.011	0.050	0.959	0.508	6.330	0.000
Constante	-4.827	-12.940	0.000	-4.732	-9.410	0.000	-4.999	-18.740	0.000
Testes Estatísticos	F(6, 182) = 351.09			F(6,20) = 323.36			F(6, 20) = 2760.56		
	Prob > F = 0.000			Prob > F = 0.000			Prob > F = 0.000		
	R ² = 0.9293								
	Nº de observações = 189			Nº de observações = 189			Nº de observações = 189		
				Nº de grupos = 21			Nº de grupos = 21		
							Nº de Instrumentos = 20		
	H0: Ausência de Autocorrelação nos resíduos de primeira ordem						0.004		
	H0: Ausência de Autocorrelação nos resíduos de segunda ordem						0.884		
Teste de Hansen						0.123			

Fonte: Dados da pesquisa. Elaboração Própria.

Assim, os modelos se qualificam como aceitáveis. Observamos a princípio que os coeficientes das variáveis Valor Adicionado agrícola e Valor adicionado não agrícola não são estatisticamente significantes para o emprego não agrícola seja ele urbano ou rural. O que

mostra um comportamento importante do mercado de trabalho não agrícola segundo os grupos pesquisados. O crescimento econômico não causa a princípio modificações estruturais sobre o mercado de trabalho para esses grupos. A elevação do número de trabalhadores não implica aumento da qualidade das ocupações. Isso porque a qualidade dessas novas contratações é, em média, semelhante à qualidade do emprego daqueles que já participam do mercado, não alterando, assim, a estrutura de sofisticação do trabalho em nenhum dos grupos pesquisados. Reforça-se que o crescimento por si só do mercado de trabalho não agrícola induzido pelo crescimento econômico não garante que as já existentes e as novas relações de trabalho sejam modificadas. Assim, o crescimento econômico apenas estende as atuais formas de contratação aos grupos de trabalhadores desempregados. Assim, o crescimento econômico apresentado nas seções anteriores se deu via ocupação de mão de obra desocupada, sendo seus impactos em termos de melhorias das relações de trabalho praticamente nulos.

No entanto, ao observarmos os níveis de significância dessas variáveis para os grupos do trabalho agrícola - agrícola urbano (tabela 15) e agrícola rural tabela (18) - notamos que eles são estatisticamente significantes ao nível de significância de 1%. Isso mostra que o comportamento do emprego agrícola responde de maneira bem diferente ao crescimento econômico que o emprego não agrícola. Assim, o aumento da dinamicidade econômica dos mercados seja agrícola ou não tem impactos significantes sobre o emprego agrícola, porém de maneira distinta. O sinal negativo do valor adicionado agrícola indica que o crescimento das atividades agropecuárias tem uma relação inversa à qualidade do emprego nos dois grupos onde essa variável é significativa. Isso se deve ao fato que as relações de trabalho na agricultura são largamente mais precarizadas que nos outros setores. Assim, à medida que se desenvolve esse sistema se canaliza numa porção de trabalhadores para atividade com menor nível de formalização e rendimentos e jornadas de trabalho maiores e com maior probabilidade de correr práticas de trabalho infantil (características do trabalho agrícola), que na média, tende a reduzir o índice de qualidade do emprego para aquele grupo.

Comportamento diferente é encontrado para a variável valor adicionado não agrícola que além de significativa - mostrando que o emprego agrícola depende mais fortemente da dinâmica das atividades não agrícolas reforçando a tese da urbanização para além dos limites das cidades - tem um sinal positivo. Assim, a qualidade do emprego aumenta em virtude do crescimento econômico das atividades não agrícolas. O que podemos notar é que as formas de contratação da mão de obra para essas atividades são bem mais formalizadas, como melhores rendimentos, menores jornadas de trabalho e menor incidência de trabalho infantil. Com isso, à medida que as atividades se desenvolvem a tendência é ele influencia o trabalho agrícola por

meio do processo de migrações setoriais, já que os trabalhadores agrícolas em pior situação nesse mercado procuram se engajar em atividades de outros setores onde os níveis de qualidade são melhores, melhorando, assim, o nível médio de qualidade no próprio mercado de trabalho agrícola.

Tabela 18: Resultados das Estimativas dos Modelos de Mínimos Quadrados Ordinários, Efeitos Fixos e Mínimos Quadrados Generalizados para o Mercado de Trabalho Agrícola Rural

Variáveis	Mínimos Quadrados Ordinários [A]			Modelo de Efeitos Fixos [B]			Mínimos Quadrados Generalizados [C]		
	Coef.	Estat. (t)	p-value	Coef.	Estat. (t)	p-value	Coef.	Estat. (t)	p-value
IQE _{t-1}	0.320	3.990	0.000	0.230	3.700	0.001	0.295	3.090	0.006
V. A. Agrícola	-0.005	-0.360	0.719	-0.004	-0.120	0.902	-0.193	-4.260	0.000
V. A. Não Agrícola	0.011	1.140	0.256	-0.141	-1.250	0.225	0.092	3.740	0.001
Renda Média	0.470	7.140	0.000	1.171	15.600	0.000	0.498	9.090	0.000
Índice de Gini	0.081	0.500	0.614	0.231	1.710	0.102	-0.902	-2.120	0.047
Escolaridade	0.538	4.400	0.000	-0.534	-1.990	0.061	0.301	2.150	0.044
Constante	-4.360	-7.530	0.000	-4.849	-7.080	0.000	-4.144	-6.100	0.000
Testes Estatísticos	F(6, 182) = 493.20			F(6,20) = 319.30			F(6, 20) = 1712.22		
	Prob > F = 0.000			Prob > F = 0.000			Prob > F = 0.000		
	R ² = 0.9293								
	Nº de observações = 189			Nº de observações = 189			Nº de observações = 189		
				Nº de grupos = 21			Nº de grupos = 21		
							Nº de Instrumentos = 20		
	H0: Ausência de Autocorrelação nos resíduos de primeira ordem						0.048		
	H0: Ausência de Autocorrelação nos resíduos de segunda ordem						0.170		
	Teste de Hansen						0.245		

Fonte: Dados da pesquisa. Elaboração Própria.

No caso da variável renda, o coeficiente estimado é estatisticamente significativo ao nível de significância de 1% e com sinal positivo, como esperado, para as quatro equações analisadas aqui. Assim, os incrementos no provimento do trabalho têm impactos importantes sobre a qualidade do emprego. Isso indica que uma política de valorização dos rendimentos reais do trabalho pode ser profundamente importante para se melhorar os padrões de qualidade das ocupações e, sobretudo, o perfil dos trabalhadores. Nesta perspectiva, o aumento de renda está condicionado a postos de trabalho com melhores formas de recrutamento da mão de obra. O aumento da renda, assim, implica também melhoria das demais condições de trabalho como carteira assinada, contribuição para institutos de previdência e aumento da qualidade da ocupação como um todo. Também pode-se pensar que

o aumento da renda induz um processo de competição dentro do mercado de trabalho. Assim, aqueles que ofertam emprego são estimulados a melhorar suas formas de contratação para conseguir os trabalhadores que desejam e os trabalhadores, por sua vez, se sentem menos estimulados a permanecer em postos de trabalho precários – de qualidade inferior – com níveis de rendimentos menores.

No que diz respeito às relações de elasticidade que podemos estabelecer, um aumento de 1% sobre a renda do trabalho tem um impacto maior sobre a qualidade do emprego não agrícola rural (0.53%) seguido pelo emprego agrícola rural (0.48%). Notamos que a elasticidade qualidade – renda do emprego é menor que a unidade, portanto, mais inelástica. Ainda assim, a ideia de valorização dos rendimentos do trabalho pode também contribuir na redução das diferenças entre os mercados de trabalho urbano e rural, já que no primeiro os efeitos de elevações no nível de renda são menores.

No caso do índice de Gini, que mede o nível de concentração da renda, ele é estatisticamente significativo para o emprego agrícola urbano, não agrícola rural e agrícola rural. No caso, a estrutura de concentração da renda tem impacto sobre o nível de qualidade do trabalho nesses segmentos do mercado de trabalho. A redução do índice de Gini implica que o nível de rendimentos dos trabalhadores mais pobre converge para um nível de renda mais elevado com seus respectivos rebatimentos em termos de qualidade do emprego, já que a variável Gini é inversamente proporcional ao IQE em todos os modelos apresentados. Somente no caso do emprego não agrícola urbano, o índice de Gini não se mostra com potência para influenciar significativamente a qualidade do emprego. Assim, as relações de trabalho não agrícolas se mantêm com uma dinâmica própria, independentemente do nível de concentração de renda dado.

Por fim, cabe registrar que a taxa de escolarização média é significativa ao nível de significância de 1% e com sinal positivo, segundo seu comportamento esperado dentro desses modelos para as quatro equações. Sob essa perspectiva o nível de escolarização do trabalhador influencia positivamente a qualidade do emprego por meio do aumento da possibilidade do empregado de conseguir postos de trabalho mais sofisticados à medida que aumenta o seu nível de escolaridade. Essa perspectiva é condizente com o verificado na literatura que trata o nível de educação como sendo um motor de aprimoramento do trabalho. Melhores padrões de instrução da mão de obra conferem postos de trabalho mais bem remunerados, melhores possibilidade de formalização e condições de trabalho mais sofisticadas.

Na perspectiva de estudos das elasticidades, um aumento de 1% na escolaridade média dos trabalhadores tem um impacto mais que proporcional sobre o nível de qualidade do trabalho a *coeteris paribus*. Isso mostra que investimentos em educação e qualificação do trabalho são bastante eficientes em termos de resultados e melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores devido ao comportamento elástico da qualidade do emprego em relação à educação.

No caso da variável qualidade do emprego defasada em um período, o coeficiente é positivo e significativo ao nível de significância de 1% nos quatro modelos. Assim, a qualidade do emprego tende a persistir de um ano para outro, já que aumentos de 1% na qualidade de emprego passada, a *coeteris paribus*, leva a um aumento de 0.31% no emprego agrícola urbano, 0.61% no emprego não agrícola urbano, 0.13% no emprego não agrícola rural e, por fim, 0.29% no emprego agrícola rural. Assim, a qualidade de emprego passada tende a persistir mais fortemente no emprego não agrícola urbano. Isso se deve ao fato de que esse mercado de trabalho, além de mais sofisticado que os demais, apresenta maior nível de formalização e incidência das legislações trabalhistas. A lógica envolvida aqui consiste num comportamento do trabalhador e da própria dinâmica do mercado de trabalho. Os trabalhadores, em geral, só têm estímulos para mudar de posto de trabalho se as condições oferecidas no emprego futuro forem melhores que o emprego atual. Argumenta-se também que o mercado de trabalho apresenta certa resistência para baixo em termos de redução de conquistas trabalhistas. Assim, os direitos adquiridos, em geral, não são perdidos ao longo do tempo. Esse comportamento também se reflete sobre a qualidade do emprego na medida em que se cria certa resistência quando se trata de condições melhores de trabalho já adquiridas. Isso causa a persistência da qualidade de emprego e sua influência no emprego presente.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo mostrou as relações teóricas sobre os novos padrões de comportamento do emprego rural. Em seguida, buscou-se avaliar a evolução da qualidade do emprego em quatro grupos de estudo no qual se permitia criar um paralelo entre os mesmos como forma de se avaliar as assimetrias existentes entre eles e, assim, construir uma problemática de pesquisa. A sequência do estudo permitiu aplicar uma metodologia específica de verificação dos condicionantes da qualidade do emprego para os grupos de pesquisa com o propósito de se ampliar a base de explicação das assimetrias verificadas e estratégias para superá-las.

É sabido que as transformações recentes do panorama do espaço tiveram importantes reflexos sobre as relações de trabalho. No entanto, notamos nesta pesquisa que essas mudanças vão muito além das novas dinâmicas de produção do universo rural. O que se assiste atualmente em termos de comportamento do emprego rural é que ele obedece uma pluralidade de condicionantes que vão muito além daqueles que ocorrem no espaço rural. Sendo as dinâmicas urbanas também importantes para se avaliar como mais precisão a trajetória das relações de trabalho rurais.

O índice de qualidade do emprego proposto nessa pesquisa mostrou uma profunda heterogeneidade nas relações de trabalho quer quando se considera as atividades econômicas quer quando se considera os espaços estudados. De modo geral, os trabalhadores agrícolas enfrentam condições de trabalho mais precarizadas que os seus correspondentes não agrícolas. O nível de formalidade do trabalho agrícola é um exemplo disso, sendo bem menos comum para os trabalhadores desse grupo que para os demais grupos pesquisados. Ainda sobre a assimetria no mercado de trabalho, podemos registrar as diferenças existentes entre o emprego urbano e rural. O universo rural persiste como um ambiente mais precarizado quando comparado ao meio urbano, muito embora, as diferenças venham diminuindo com o tempo.

Os espaços subnacionais também refletem especificidades próprias. Também de modo geral, encontra-se no complexo agroexportador da região centro-sul do Brasil melhores condições de trabalho e dinâmicas mais intensas e sofisticadas. Um contraste com o Nordeste que se encontra desconectado deste sistema e com profundas diferenças em relação ao complexo agrícola do centro-sul, sendo evidentes as relações precárias de trabalho que marcam a região.

Por fim, podemos observar pelas análises dos modelos apresentados que, de modo geral, o crescimento econômico reflete mais pesadamente sobre o emprego agrícola. As dinâmicas das atividades não agrícolas influenciam positivamente o nível de qualidade do

emprego agrícola ao estender para esses trabalhadores possibilidades de melhores empregos do que aqueles verificados na agricultura. No caso do ritmo de atividade agrícola, a relação é inversa já que na agricultura se encontra, de modo geral, formas de recrutamento de mão de obra mais precarizadas privando e diminuindo as possibilidades do empregado de conseguir melhores condições de trabalho.

Já para o emprego não agrícola, encontramos uma dinâmica deferente. O crescimento econômico recente se deu estendendo as mesmas formas de contratação já verificadas, sem grandes impactos em termos de mudanças estruturais dos mercados de trabalho pesquisado. Uma ressalva importante deve ser feita aqui: o comportamento de longo prazo do mercado de trabalho pode passar a responder uma dinâmica diferente da verificada até aqui. Isso porque à medida que a economia se aproxima do pleno emprego induzida pelo crescimento econômico a extensão das mesmas formas de contratação para os trabalhadores desocupados vai se tornando cada vez mais difícil. Assim, à medida que o crescimento econômico se desenrola, pelo mesmo no longo prazo, se espera que ele provoque mudanças na estrutura do mercado de trabalho.

A pesquisa mostrou também que o crescimento dos rendimentos do trabalho e o nível de escolaridade médio dos trabalhadores são instrumentos importantes não só na ampliação dos níveis de qualidade do emprego, mas também como estratégia de superação de “dilemas” dos mercados pesquisados, como é o caso da heterogeneidade verificada entre os grupos que pesquisamos.

REFERÊNCIAS

- AHN, S. C.; SCHIMDT, P. Efficient estimation of models for dynamic panel data. **Journal of Econometrics**, v. 68, p. 5-28, 1995.
- ARAÚJO, Jair Andrade de. Pobreza, desigualdade e crescimento econômico: três ensaios em modelos de painel dinâmico. Tese(Doutorado). Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós Graduação em Economia, CAEN, Fortaleza, 2009.
- ARELLANO, M.; BOVER, O. Another look at the instrumental-variable estimation of error components model. **Journal of Econometrics**. v. 68, p. 29-52, 1995.
- BALSADI, Otaviano Valentim. Qualidade do emprego na agricultura brasileira no período 2001-2004 e suas diferenciações por culturas. *Revista de Economia e Sociologia Rural*. Rio de Janeiro, vol. 45, nº 02, p. 409-444, abr/jun. 2007.
- BALSADI, Otávio Valentim; SILVA, José Francisco Graziano da . A polarização da qualidade do emprego na agricultura brasileira no período 1992-2004. **Revista Economia e Sociedade**. Campinas, v. 17, n. 3, p. 493-524, dez. 2008.
- BALTAGI, B. H.. **Econometric Analysis of Panel Data**. 4º ed. Chichester: Willey. 2009 351p.
- BAUM, C., SCHAFFER, M., & STILLMAN, S. (2003). Instrumental variables and GMM: Estimation and testing. *Stata Journal*, 3(1), 1-31.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA. PIB da agricultura familiar: Brasil - estados. 1. ed. Brasília, 2007.
- BLUNDELL, R.; BOND, S. Initial conditions and moment restrictions in dynamic panel data models. **Journal of Econometrics**, v. 87, p. 115-143, 1998.
- BLUNDELL, R.; BOND, S. Initial conditions and moment restrictions in dynamic panel data models. **Journal of Econometrics**, v. 87, p. 115-143, 1998.
- BOND, S., HOEFFLER, A., & TEMPLE, J. (2001). GMM Estimation of Empirical Growth Models. *CEPR Discussion Papers 3048*. C.E.P.R. Discussion Papers.
- _____; BOND, S. Some tests of specification for panel data: Monte Carlo evidence and an application to employment equations. **The Review of Economic Studies**, v. 58, n. 2, p. 277-297, 1991.
- CAMERON, A., & TRIVEDI, P. (2005). *Microeconometrics: Methods and Applications*. New York: Cambridge University Press.
- CAMPOLINA, Bernardo; Silveira, Fernando Gaiger. O mercado de trabalho rural: evolução recente, composição da renda e dimensão regional. In: XIII Encontro Nacional de Economia Política, 2008, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: SEP/UFPB, 2008.
- CARNEIRO, Maria. Ruralidade: novas identidades em construção. In: **Revista Estudos, sociedade e agricultura**. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ: 1998.
- CORDEIRO NETO, José Raimundo; ALVES, Christiane Luci Bezerra. Ruralidade no vale do submédio São Francisco: observações a partir da evolução econômica do pólo Juazeiro-BA -

Petrolina-PE. **Revista Ideias. Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.** Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p.324-361, jul/dez, 2009.

PAULO, E. M.; ALVES, C. L. B. Evidências recentes sobre a evolução do trabalho rural cearense, 2004 e 2008. V Congresso Regional da Sociedade Brasileira de Economia – SOBER, 5., 2010 Administração e Sociologia Rural – SOBER. **Anais...** Crato: SOBER, 2010.

DEL GROSSI, M. E. **A evolução das ocupações não-agrícolas no meio rural brasileiro, 1991-1995.** Campinas - SP: IE/Unicamp,1999. (Tese de Doutorado).

FÁVERO, Luiz Paulo *et all.* Métodos Quantitativos com o stata. Rio de Janeiro. campus, 2014. 248 p.

GUILHOTO, Joaquim José M.; AZZONI, Carlos Roberto; ICHIHARA, Sílvia Massaru. **A participação da agricultura familiar no PIB do Ceará.** Fortaleza: Instituto Agropólos do Ceará, 2009).

GUJARATI, D. N.; PORTER, D. C. *Econometria Básica*, 5. ed. Bookman: Porto Alegre, 2011.

HAYASHI, F. (2000). *Econometrics*. Princeton, NJ: Princeton University Press.

HSIAO, C. (2003). *Analysis of Panel Data* (2ª ed.). Cambridge: Cambridge University Press.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Rio de Janeiro, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Rio de Janeiro, 2008.

KLEIBERGEN, F., & PAAP, R. (2006). Generalized Reduced Rank Tests Using the Singular Value Decomposition. *Journal of Econometrics*, 133(1), 97-126.

KLEIN, E. **El empleo rural no agrícola en America Latina.** Seminário La Sociedad Rural Latinoamericana hacia el siglo XXI* PREALC/OIT. Santiago - Chile, 1992.

LAURENTI, A.C. **A terceirização na agricultura - a dissociação entre a propriedade e o uso dos instrumentos de trabalho na moderna produção agrícola paranaense.** Instituto de Economia, UNICAMP. 1996. 245 p. (Tese de Doutorado).

LOCATEL, Celso. **Agricultura e ruralidade: uma abordagem.** Modernização da agricultura, políticas públicas e ruralidades: mudanças e permanências na dinâmica rural das microrregiões de Jales e de Fernandópolis. 2004 (tese de doutorado).

MOREIRA, Ivan Targino. Emprego e remuneração na agricultura paraibana: uma visão do censo demográfico de 2000. **1º Workshop ESTUDOS EM TRABALHO.** João Pessoa: UFPB, 2003.

NASCIMENTO, Carlos A. do; SOUTO, Irlene José G.; OLIVEIRA, Régis B.; MENDES, Samantha R. A qualidade do emprego rural no estado de Minas Gerais nos anos recentes, 2002 e 2004. XLV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural – SOBER. **Anais...** Londrina: SOBER, 2007.

ORTEGA, Antônio César; GARLIPP, Ana Alice D.; JESUS, Clésio M. de. Terceirização e emprego rural na agricultura do cerrado mineiro: os casos da mecanização no café e na cana de açúcar. In: CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DA

PRONI, Marcelo Weishaupt. Mapeamento do trabalho agrícola no Brasil. In: MORETTO, A.; KREIN, José D.; POCHMANN, Márcio.; JÚNIOR MACAMBIRA (orgs). **Economia, desenvolvimento regional e mercado de trabalho do Brasil**. Fortaleza: Instituto de Desenvolvimento do Trabalho – IDT/ BNB.

SCHNEIDER, Sergio; NAVARRO, Zander. Agricultura e Novas Formas de Ocupação na Meio Rural: um estudo sobre as tendências recentes. **Parcerias Estratégias**, Brasília, CGEE, n. 22, junho de 2006.

SILVA, José Graziano da. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. 2 ed. Campinas, SP: UNICAMP. IE, 1998.

WELLER, J. El empleo rural no agropecuario en el istmo centro-americano. **Revista de la CEPAL**, 62: 75-90, 1997.

WOOLDRIDGE, J. M.. **Econometric Analysis of Cross Section and Panel Data**. 2º ed. The MIT Press. 2010. 1064p.

APÊNDICE

Tabela 19: Padrão de Rendimento Médio do Trabalho Principal na Semana de Referência segundo Categoria de Emprego e Unidades Federativas Selecionadas, 2011

UF	Agrícola - Urbano	Não – Agrícola Urbano	Não – Agrícola Rural	Agrícola Rural
Tocantins	R\$ 685.70	R\$ 1,076.76	R\$ 797.64	R\$ 549.03
Maranhão	R\$ 505.12	R\$ 893.75	R\$ 644.41	R\$ 369.53
Piauí	R\$ 465.34	R\$ 814.18	R\$ 647.04	R\$ 368.01
Ceará	R\$ 400.71	R\$ 939.86	R\$ 518.03	R\$ 326.51
Rio Grande do Norte	R\$ 521.52	R\$ 1,034.17	R\$ 624.77	R\$ 544.99
Paraíba	R\$ 475.93	R\$ 1,038.33	R\$ 606.40	R\$ 370.77
Pernambuco	R\$ 499.68	R\$ 976.18	R\$ 640.44	R\$ 396.30
Alagoas	R\$ 452.23	R\$ 799.22	R\$ 698.06	R\$ 388.06
Sergipe	R\$ 445.63	R\$ 1,052.46	R\$ 603.26	R\$ 363.48
Bahia	R\$ 510.72	R\$ 956.69	R\$ 534.25	R\$ 383.74
Minas Gerais	R\$ 767.09	R\$ 1,130.92	R\$ 743.19	R\$ 638.74
Espírito Santo	R\$ 631.12	R\$ 1,219.73	R\$ 730.50	R\$ 610.16
Rio de Janeiro	R\$ 655.73	R\$ 1,470.48	R\$ 731.05	R\$ 594.80
São Paulo	R\$ 982.76	R\$ 1,494.06	R\$ 876.89	R\$ 889.88
Paraná	R\$ 794.31	R\$ 1,253.47	R\$ 798.96	R\$ 759.44
Santa Catarina	R\$ 768.25	R\$ 1,407.50	R\$ 1,026.11	R\$ 650.34
Rio Grande do Sul	R\$ 731.42	R\$ 1,284.09	R\$ 856.65	R\$ 674.82
Mato Grosso do Sul	R\$ 1,022.62	R\$ 1,324.84	R\$ 830.48	R\$ 977.59
Mato Grosso	R\$ 1,412.22	R\$ 1,218.54	R\$ 833.01	R\$ 1,003.99
Goiás	R\$ 846.65	R\$ 1,154.89	R\$ 921.02	R\$ 860.03
Distrito Federal	R\$ 1,117.79	R\$ 2,526.45	R\$ 1,241.61	R\$ 725.06

Fonte: Elaboração dos Autores.

Tabela 20: Produto Interno Bruto segundo Unidades Federativas, 2011

Brasil e Unidades Federativas	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Brasil	1 273 129	1 470 614	1 666 258	1 842 253	2 034 421	2 287 858	2 580 449	2 794 379	3 227 181	3 530 871
Nordeste	168 717	191 649	216 924	245 785	271 351	304 876	348 334	387 317	446 063	486 899
Maranhão	14 146	17 070	19 692	22 870	25 705	28 321	34 619	36 067	40 454	46 545
Piauí	6 646	7 906	8 827	9 965	11 385	12 603	14 957	17 006	19 611	21 975
Ceará	25 391	28 668	32 415	36 236	40 590	44 169	52 733	58 012	68 264	77 476
Rio Grande do Norte	10 776	11 907	13 708	15 756	18 040	20 238	22 405	24 700	28 543	31 880
Paraíba	11 127	12 703	13 460	15 062	17 875	19 935	23 091	25 926	28 561	31 718
Pernambuco	30 605	34 270	38 154	42 936	47 651	53 313	60 110	67 326	81 629	88 506
Alagoas	8 911	10 141	11 653	12 751	14 112	15 968	17 443	19 084	21 932	25 661
Sergipe	8 434	9 732	10 953	11 995	13 490	15 168	17 592	17 780	21 377	23 413
Bahia	52 681	59 252	68 062	78 215	82 503	95 161	105 384	121 416	135 693	139 724
Sudeste	709 558	807 438	911 979	1 025 563	1 138 644	1 269 591	1 417 561	1 519 448	1 756 475	1 922 243
Minas Gerais	110 946	129 746	155 934	167 301	187 588	210 229	245 323	252 340	307 865	339 423
Espírito Santo	22 185	25 384	32 487	37 853	42 645	48 444	55 508	54 182	67 507	78 921
Rio de Janeiro	147 287	163 298	185 629	208 508	233 778	250 856	290 150	301 539	344 405	395 073
São Paulo	429 140	489 010	537 930	611 901	674 633	760 062	826 580	911 386	1 036 698	1 108 826
Sul	218 225	264 232	295 859	309 203	336 679	386 711	433 873	468 604	536 929	575 335
Paraná	77 220	96 728	107 659	110 879	119 521	141 662	154 631	166 369	187 263	204 265
Santa Catarina	48 995	58 765	68 497	74 582	81 546	91 316	106 991	113 332	130 618	143 352
Rio Grande do Sul	92 011	108 739	119 703	123 742	135 612	153 733	172 252	188 903	219 048	227 717
Centro-Oeste	115 311	135 462	156 856	167 815	182 049	209 138	245 079	274 539	308 849	347 737
Mato Grosso do Sul	13 403	16 885	18 213	18 432	20 702	23 925	27 888	31 258	37 821	42 737
Mato Grosso	18 577	24 761	32 992	33 392	30 967	37 908	47 591	51 279	53 025	64 246
Goiás	33 131	37 580	42 688	44 751	50 310	57 507	65 850	75 552	84 768	96 285
Distrito Federal	50 200	56 236	62 963	71 240	80 070	89 799	103 749	116 450	133 235	144 469

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).